UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ESCOLA DE MINAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Maísa Martins de Sá Fonseca

Imagens de uma crítica radical: notas sobre o reassentamento involuntário para a comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG

Ouro Preto

2024

Maísa Martins de Sá Fonseca

Imagens de uma crítica radical: notas sobre o reassentamento involuntário para a comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Dra. Monique Sanches Marques

Coorientadora: Ma. Estefania Momm de Melo

Ouro Preto

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F676i Fonseca, Maisa Martins de Sa.
Imagens de uma crítica radical [manuscrito]: notas sobre o reassentamento involuntário para a comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG. / Maisa Martins de Sa Fonseca. - 2024.
72 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Monique Sanches Marques.
Coorientadora: Profa. Ma. Estefania Momm de Melo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Crimes contra o meio ambiente. 2. Falhas em barragens. 3. Assentamentos humanos. 4. Realocação Pós-Desastre. 5. Neoliberalismo. I. Marques, Monique Sanches. II. Melo, Estefania Momm de. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE MINAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maísa Martins de Sá Fonseca

Imagens de uma crítica radical: notas sobre o reassentamento involuntário para a comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG.

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em 18 de outubro de 2024.

Membros da banca

Dra. Monique Sanches Marques - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Guilherme Arruda - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Alexandre Alexandre Bomfim - Universidade Federal de Minas Gerais

Dra. Monique Sanches Marques, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/10/2024.

Documento assinado eletronicamente por **Monique Sanches Marques**, **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**, em 11/11/2026, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1230207** e o código CRC **FDD249D4**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus, por me guiar e dar força em cada passo desta jornada.

À meus pais, Valdilene e Elias, pelo incentivo constante e por me ensinarem o valor da dedicação.

Aos meus irmãos, Marina e Marcos, por estarem sempre ao meu lado e por compartilharem comigo sonhos e desafios.

Às professoras Monique Sanches e Estefania Momm, pelo acolhimento, orientação e por terem me acompanhado com tanto cuidado e dedicação ao longo desse caminho.

À Paloma Rocha, que não mediu esforços para me oferecer suporte nos momentos mais desafiadores. Sua dedicação foi fundamental para que este trabalho se tornasse realidade. Sem você, nada disso teria sido possível.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

Este trabalho intitulado "Imagens de uma crítica radical: Notas sobre o reassentamento involuntário para a comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG" propõe uma investigação sobre os territórios minerados e os reassentamentos compulsórios como forma de reparação do direito à moradia para as comunidades atingidas pelo rompimento de barragens. Esta pesquisa tem como campo de estudo o reassentamento coletivo de Nova Lavoura, área anfitriã, destinada aos/as moradores/as de Bento Rodrigues expulsos de seus territórios pelo rompimento da barragem de Fundão, no subdistrito de Mariana/MG em 2015. O estudo busca compreender como a produção arquitetônica e urbanística neoliberal é imposta aos futuros moradores. Nesse intuito, serão abordados os conceitos de neoextrativismo, neoliberalismo, estudo dos impactos nas áreas mineradas, a análise do rompimento da barragem de Fundão, a investigação dos modos de vida pré-desastre, a avaliação das práticas das empresas mineradoras, a análise dos processos de reparação e a problematização de cidades neoliberais como proposta para uma urbanização neoextrativista. Neste intuito, serão elaboradas traduções gráficas que visam refletir as percepções dos atingidos sobre o processo de reparação. A pesquisa se justifica pela necessidade de examinar a incompatibilidade entre os reassentamentos e os modos de vida das comunidades atingidas, especialmente em relação a Nova Lavoura, nome atribuído ao reassentamento coletivo para os atingidos de Bento Rodrigues. A metodologia envolve revisão bibliográfica, levantamento de dados em fontes específicas, estudo dos modos de vida em Bento de origem, análise comparativa entre Bento de origem e Nova Lavoura, parâmetros arquitetônicos, tecnologias construtivas e materiais utilizados nos reassentamentos. O referencial teórico baseia-se nas narrativas contemporâneas dos conflitos ambientais em territórios minerados, com um enfoque específico na América Latina.

Palavras chave: Desastre crime socioambiental, Rompimento da Barragem de Fundão, Neoextrativismo, Neoliberalismo, Reassentamento compulsório.

ABSTRACT

The study titled "Images of a Radical Critique: Notes on Involuntary Resettlement for the Community of Bento Rodrigues in Mariana/MG" proposes an investigation into mined territories and compulsory resettlements as a means of adjustment for the right to housing for communities affected by dam ruptures. The research focuses on the collective resettlement of Nova Lavoura, the host area designated for residents of Bento Rodrigues who were displaced from their territories due to the rupture of the Fundão dam in the subdistrict of Mariana/MG in 2015. The objective is to understand how neoliberal architectural and urban production is imposed upon future residents. To this end, the concepts of neo-extractivism, neoliberalism, impact studies in mined areas, analysis of the dam rupture, investigation of pre-disaster lifestyles, evaluation of mining companies' practices, analysis of reparation processes, and the problematization of neoliberal cities as proposals for neo-extractivist urbanization will be examined. To achieve this objective, graphic translations will be developed to reflect the perceptions of the affected communities regarding the reparation process. The necessity of this research is underscored by the need to examine the incompatibility between resettlements and the lifestyles of the affected communities, particularly in Nova Lavoura. The methodology includes a literature review, data collection from specific sources, examination of lifestyles in the original Bento, comparative analysis between the original Bento and Nova Lavoura, architectural parameters, construction technologies, and materials employed in the resettlements. The theoretical framework is based on contemporary narratives of environmental conflicts in mined territories, with a specific emphasis on Latin America.

Keywords: Environmental crime disaster, Rupture of the Fundão Dam, Neo-extractivism, Neoliberalism, Compulsory resettlement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Texturas 12

Figura 02. Porcos deslocados 16

Figura 03. Bento Rodrigues antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão, em 2015 19

Figura 04. Mapa da localização das comunidades atingidas em Mariana 22

Figura 05. Modos de vida precificados 26

Figura 06. Porcos 28

Figura 07. Subdistrito de Bento Rodrigues 30

Figura 08. Fotos do arquivo de Manoel Marcos Muniz 31

Figura 09. Alimentação como mercadoria 34

Figura 10. Peixes 35

Figura 11. Neoextrativismo e neoliberalismo 37

Figura 12. Subdistrito de Bento Rodrigues 39

Figura 13. Alimentação como mercadoria 42

Figura 14. Colagem territorial 46

Figura 15. Apagamento dos modos de vida 53

Figura 16. Alimentação como mercadoria 55

Figura 17. Vista do reassentamento 56

Figura 18. Paisagem de Bento de origem 58

Figura 19. Conformação do traçado territorial, em Bento de origem e no reassentamento de Nova Lavoura 60

Figura 20. Conformação da paisagem em Bento de origem.....61

Figura 21. Aspecto condominial do reassentamento.....62

Figura 21. Taludes no reassentamento de Nova Lavoura.....64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CABF - Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PLCI - Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados

SECIR - Secretaria de Cidades e de Integração Regional

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

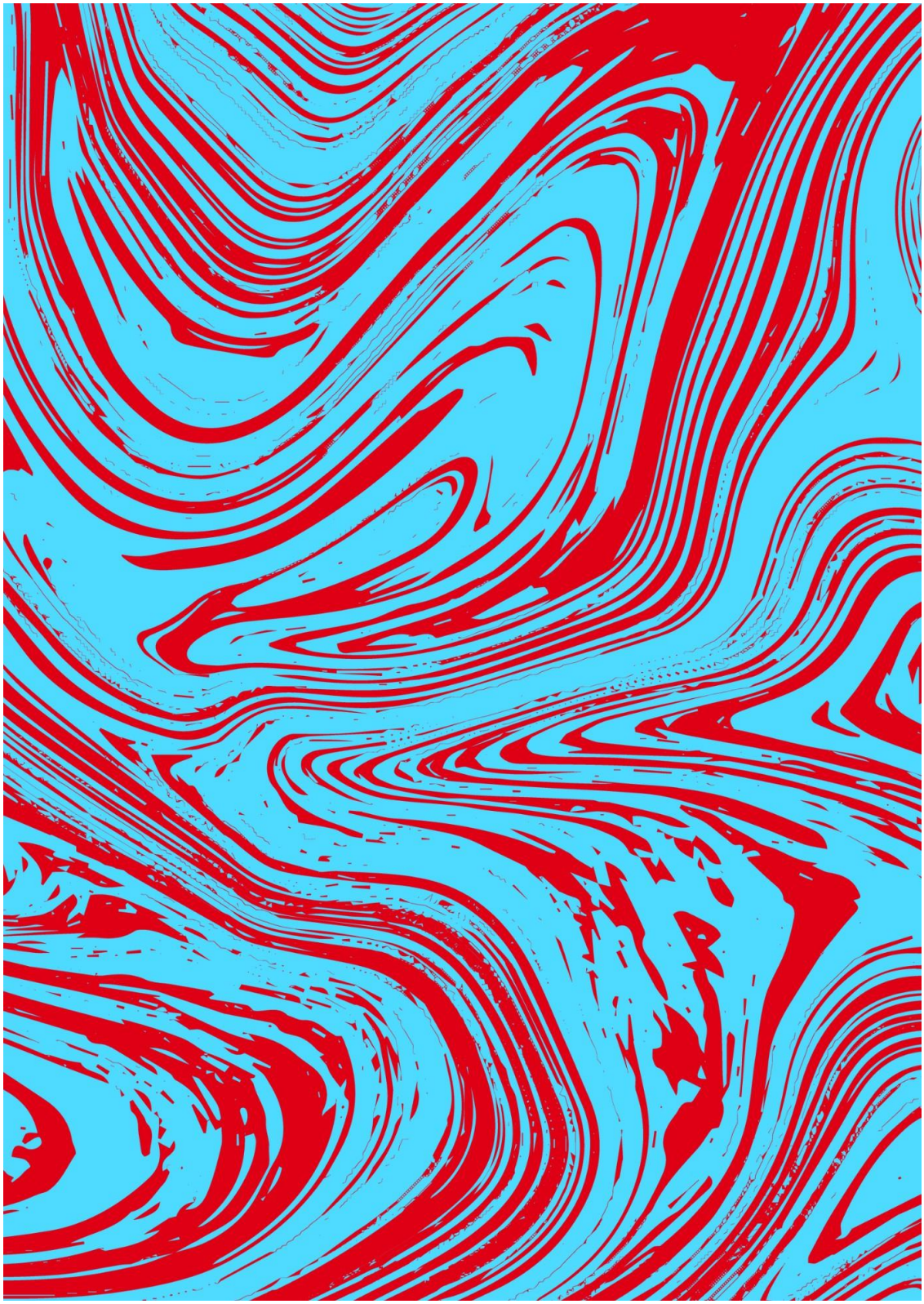
SUMÁRIO

01. INTRODUÇÃO 11
02. NOTAS SOBRE A DINÂMICA NEOEXTRATIVISTA E O ROMPIMENTO DE FUNDÃO 15
2.1. A VIDA EM BENTO DE ORIGEM 29
03. A CIDADE NEOLIBERAL CRIADA PELO URBANISMO NEOEXTRATIVISTA 41
3.1 A IRONIA DA REPARAÇÃO DO DIREITO À MORADIA 46
3.2 O REASSENTAMENTO PELOS ATINGIDOS 54
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 69

01. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema o estudo dos territórios minerados e a produção dos reassentamentos involuntários como forma de reparação à moradia digna e aos modos e projetos de vida das comunidades atingidas.

Figura 01. Texturas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Como objetivo geral a pesquisa visa contribuir para o entendimento de como a produção arquitetônica e urbanística neoliberal é imposta aos futuros moradores do reassentamento de

Nova Lavoura, área anfitriã dos moradores de Bento Rodrigues expulsos de suas áreas de origem em função do rompimento da barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015.

- Os objetivos específicos propõem abordar o neoextrativismo, os impactos nas áreas mineradas e as expulsões das populações dos seus territórios.
- Estudar o rompimento da barragem de Fundão, recortando a comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG.
- Investigar os modos de vida da comunidade atingida antes do rompimento de Fundão.
- Pesquisar sobre a produção urbanística e arquitetônica, analisando as espacialidades, as legislações urbanísticas e arquitetônicas, os projetos, os materiais e técnicas construtivas adotadas no reassentamento coletivo e sua lógica condominial.
- Estudar a dimensão estética política do reassentamento.

Este estudo justifica-se pela necessidade de analisar a produção arquitetônica e urbanística dos reassentamentos involuntários das comunidades atingidas pelo desastre-crime da Samarco (Vale/BHP Billiton). Sobretudo, o reassentamento do Novo Bento imposto aos atingidos(as) de Bento Rodrigues afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, que reforça a produção arquitetônica e urbanística neoliberal não condizente com os antigos modos de vida da comunidade. Esta pesquisa se justifica também pela proximidade da Universidade Federal de Ouro Preto com os territórios minerados.

A metodologia proposta constitui-se por:

- Revisão bibliográfica e estudo de conceitos tais como neoextrativismo, neoliberalismo e condominização dentre outros que se fizerem necessários.
- Levantamento de dados a partir do periódico Jornal A Sirene, do site Mariana território atingido, os diagnósticos produzidos pela Pólen, instagram @revida_mariana, leitura de dissertações e artigos sobre o reassentamento e visitas a área de origem e ao reassentamento do Novo Bento.
- Estudo dos modos de vida em Bento de origem.
- Investigação da proposta do novo modo de se viver no reassentamento.
- Levantamento fotográfico e análise comparativa entre Bento de origem e o Novo Bento.
- Coleta / Levantamento de dados a respeito das legislações urbanísticas e parâmetros arquitetônicos adotados nos projetos do reassentamento, assim como das tecnologias construtivas e dos materiais de acabamento utilizados no reassentamento.

- Levantamento dos documentos que se fizerem necessários para a compreensão material, estética, funcional, condominial e subjetiva do reassentamento.
- Produção de imagens críticas do processo de reparação do direito à moradia

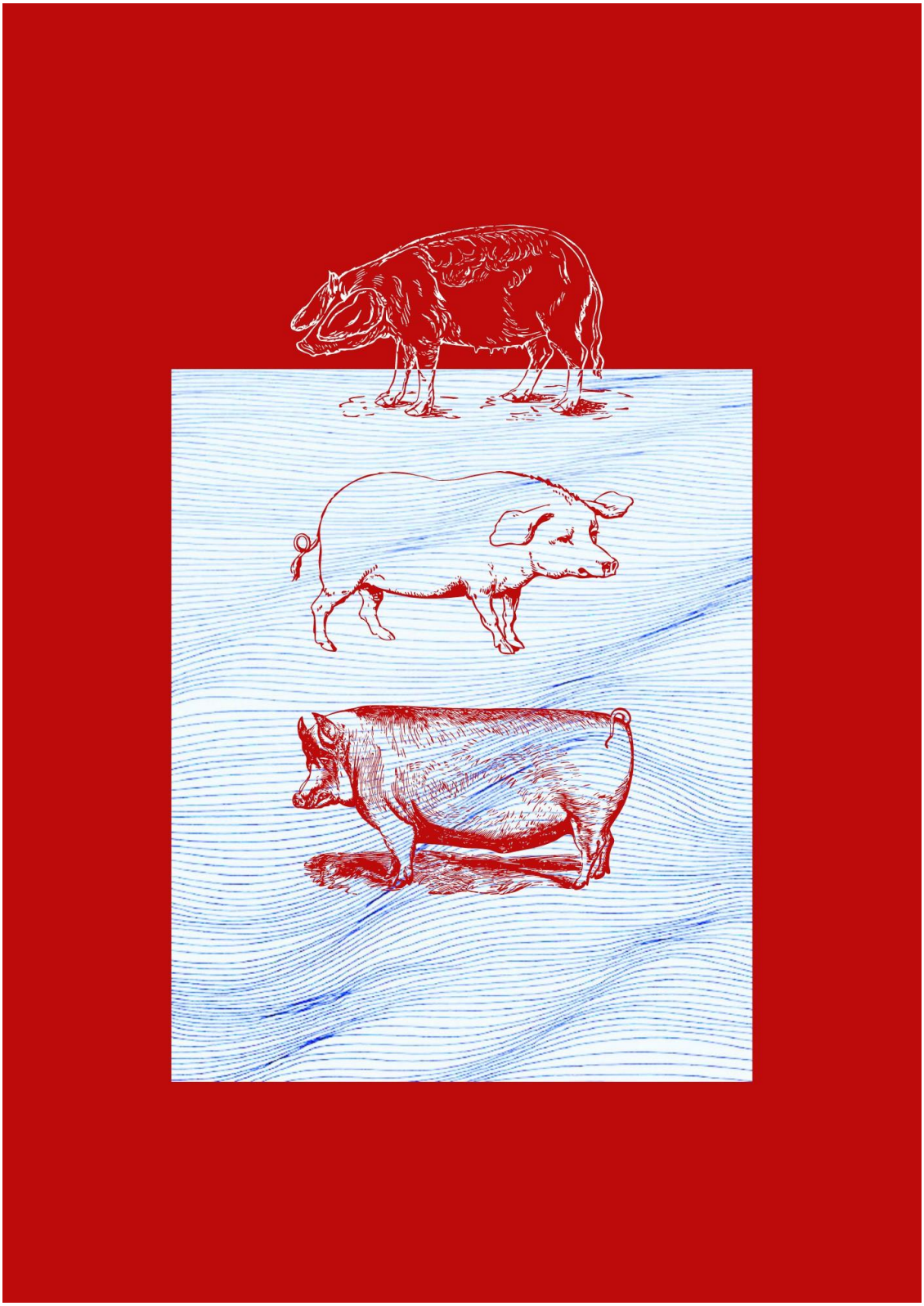
O referencial teórico baseia-se na investigação teórica com enfoque nas narrativas atuais dos conflitos ambientais em territórios minerados, com recorte na América Latina. Para isso, a escrita deste estudo investiga as discussões de Horacio Machado Aráoz, estudos do pensador brasileiro Ailton Krenak, as investigações dos professores Bruno Milanez, Estefania Momm, Flora Passos, Monique Sanches e artigos, dissertações, teses e Trabalhos Finais de Graduação que abordam o tema do rompimento de Fundão dentre outros.elaborados pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo sobre o tema do rompimento de Fundão dentre outros.

O capítulo 2 aborda a dinâmica neoextrativista, o rompimento da barragem de Fundão e os modos de vida da comunidade de Bento Rodrigues. O capítulo 3 analisa como as políticas neoliberais e neoextrativistas influenciam o urbanismo e como esses processos influenciam no desenho do projeto urbanístico e arquitetônico proposto para o reassentamento de Nova Lavoura, como forma de reparação do direito à moradia.

02. NOTAS SOBRE A DINÂMICA NEOEXTRATIVISTA E O ROMPIMENTO DE FUNDÃO

Desde o período colonial, a economia do Brasil é marcada pelas práticas exploratórias da população vulnerabilizada e da natureza, sendo entendida sempre exclusivamente como recurso. Essa visão de mundo sempre se mostrou exclusivamente eurocêntrica, muito incorporada pelas elites brasileiras e pelos colonizadores/invasores em contrapartida aos povos originários e a população escravizada que para aqui veio forçadamente. Esses modelos de domínio sobre o território, marcados pela exploração, não apenas deixaram uma marca profunda na história, mas persistem como fatores influentes na contemporaneidade. No Brasil, essa herança colonial se manifestou explicitamente em Minas Gerais e se atualiza ao longo da nossa história.

Figura 02. Porcos deslocados.



Fonte: Elaborado pela autora.

A começar pelo ouro e pela prata, até a extração do minério de ferro, os recursos minerais do Sul Global são exaustivamente explorados em nome do capital europeu, norte-americano e chinês. No sistema econômico capitalista marcado pelas práticas

> neoextrativistas, com recorte na indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital e, nesse sentido, o território é capital (Marques; Momm, 2023, p.2).

Durante os séculos XVI e XIX, o território brasileiro foi colônia de exploração de Portugal, e dentre as principais matérias-primas exportadas, estavam o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o café e a mineração. Não apenas o Brasil, mas em todo o território da América Latina, a dinâmica extrativista e a lógica exploratória do território influenciaram o curso da história e são peças fundamentais para compreender o cenário contemporâneo - sobretudo no estado de Minas Gerais, que carrega até mesmo em seu próprio nome o histórico de exploração minerária em seu território.

> Na década de 1990 andei por outros lugares, depois voltei para Minas, para passar mais tempo aqui. E precisei restabelecer uma relação com este lugar onde as montanhas são feitas de vento: existem para serem comidas. Fiquei pensando no destino trágico do território que carrega este nome, Minas Gerais. Diamantina também, com mineradores entrando lá para tirar diamante, pedras preciosas — essa obsessão por furar o chão. O lugar onde estou é chamado de Quadrilátero Ferrífero. É de um mau gosto enorme dar um nome desses para um lugar. O que ele quer dizer? Que estamos ferrados. Duas barragens, uma em Mariana e outra em Brumadinho, derramaram ferro em cima da gente. O longo processo de desenvolvimento dessas tecnologias que nos enchem de orgulho também encheu os rios de veneno. Eu falei de esquartejar a Terra, mas nem será preciso: a maquinaria que esses caras enfiam nas montanhas, o que ocorreu na bacia do rio Doce — esse rio cauterizado pela lama da mineração —, é uma sondagem tão invasiva da Terra que já a dilacerou (Krenak, 2020, p. 17).

Como ressalta Aráoz (2014), as promessas e as expectativas de progresso ligadas aos projetos minerários emergem como forças motrizes que transcendem o âmbito meramente econômico. Tais promessas não apenas delineiam perspectivas de desenvolvimento, mas também desencadeiam uma complexa rede de afetos e emoções nas comunidades impactadas. Essa dinâmica não apenas molda as estruturas físicas das localidades, transformando-as em espaços cindidos, mas também incide profundamente sobre a sensibilidade das comunidades diante da devastação e da violência.

> No ponto zero da ontogênese do mundo moderno encontramos a exploração. A produção do mundo moderno nasceu dessa exploração. Da Ilha de Santo Domingo expandiu-se como vírus, como doença contagiosa irrefreável. A exploração se mundializou, virou epidemia; a história se neutralizou: converteu-se em evolução. O colonialismo se converteu em normalidade, tornou-se oficialismo-oficialidade do poder. A colonialidade mineira está solidamente assentada, encoberta nas mais duras capas geológicas do real. São mais de quinhentos anos de violência colonial feitos na realidade. Essa é a verdadeira realidade do progresso minerador. (Araóz, 2020, p.83 apud Almeida, 2021, p.18)

Essa minero-dependência e a falta de regulamentação, fiscalização, desconsideração das populações que habitam essas áreas mineradas, no entanto, atingiu um ponto crítico em 5 de novembro de 2015 com o colapso da Barragem de Fundão em Mariana/MG, um evento que destacou as complexas ramificações da exploração mineral conduzida pela Samarco S.A., uma joint-venture[1] entre Vale S.A. e BHP Billiton.

[1] "Joint venture é um acordo entre duas ou mais empresas que estabelece alianças estratégicas por um objetivo comercial comum, por tempo determinado. As companhias concordam em unir seus recursos para o desenvolvimento de um negócio conjunto e dividem os resultados, sejam eles lucros ou prejuízos. Os recursos oferecidos pelas empresas podem ser capital financeiro, matéria-prima, tecnologia ou até mesmo mão de obra, conforme os termos das joint ventures". Disponível em:<https://www.dicionariofinanceiro.com/joint-venture/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023

Figura 03. Bento Rodrigues antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão, em 2015.



Fonte: Google Earth - Modificado pela autora.

A constituição da Samarco em um modelo joint venture permite uma pulverização de responsabilidade entre os grupos acionistas. Estes, por conseguinte, possuem lucros garantidos, mesmo em cenários econômicos adversos, em detrimento de investimentos na modernização

operacional e tecnologias de segurança. Soma-se a esta realidade a inação do Estado, nas suas esferas fiscalizatória, judicial e acadêmica, sobre a atuação destas empresas na exploração mineral. Assim, espaços cada vez mais ampliados são licenciados para a atuação das mesmas com, cada vez menos, controle, fiscalização, auditoria e pesquisa.

A Barragem de Fundão[2], situada no Vale do Rio Doce, segundo Milanez et al. (2016), alcançou destaque em virtude de sua importância na indústria mineradora brasileira. Sua construção e operação foram elementos cruciais para a atividade mineradora na região, desempenhando um papel vital na economia local e nacional. Todavia, o rompimento ocorrido em 2015 não pode ser interpretado de maneira isolada; ele representa o ápice de um histórico marcado pelo crescimento exponencial da mega mineração na localidade. O aumento na exploração de recursos minerais, frequentemente associado a práticas inadequadas e negligência regulatória, desempenhou um papel contributivo na eclosão desse desastre.

> Dados indicam que existe uma relação estrutural entre eventos de rompimento de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. Há indícios de que existe um aumento do risco de rompimento de barragens no novo ciclo pós-boom do preço dos minérios. (Mansur; Wanderley; Milanez; Santos; Pinto; Gonçalves; Coelho, 2016, p.19).

Segundo o autor, esses padrões ficam evidentes ao examinarmos o caso da Barragem de Fundão, cujo rompimento em 2015 não foi um incidente isolado, mas sim o culminar de práticas inadequadas e negligência regulatória (MILANEZ et al., 2016). A entrada em operação da barragem do Fundão em 2008 coincidiu com o pico nos preços do minério de ferro. O procedimento de obtenção de licenças para a empresa referida foi restrito por um processo intricado, no qual a aprovação estava atrelada a uma série de requisitos e condições. Simultaneamente, a fragmentação da empresa experimentou um aumento significativo, contudo, não houve correspondente aumento nas receitas. Este cenário desdobrou-se em um ambiente marcado pela crescente pressão dos investidores para preservar os níveis de rentabilidade. A natureza estrutural desses elementos ressalta a importância de uma análise mais ampla e aprofundada das práticas na indústria mineradora, apontando para potenciais padrões e desafios sistêmicos subjacentes que requerem atenção crítica (MILANEZ et al., 2016).

[2] As barragens são estruturas geotécnicas projetadas por engenheiros com a finalidade de contenção de sólidos, líquidos ou misturas de sólidos e líquidos. A barragem de Fundão, do Complexo Minerário Germano, localizado entre as cidades de Mariana e Ouro Preto, era utilizada para a contenção de rejeitos de mineração que é a sobra após o processamento (beneficiamento a úmido do minério). . Disponível em: <https://vale.com/pt/barragem>. Acesso em: 21 de janeiro de 2023

> O rompimento da barragem de Fundão marca, no Brasil, o fim do megaciclo das commodities que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US$ 38 bilhões para US$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um 'orgulhoso' segundo lugar, e respondendo por 14,3% das exportações de minério no mundo (ITC, 2015 apud (Mansur; Wanderley; Milanez; Santos; Pinto; Gonçalves; Coelho, 2016, p.18).

Ailton Krenak, como líder indígena no território Krenak no vale do rio Doce, se consolida como uma voz crítica diante da devastação causada pelo colapso da Barragem de Fundão em sua região. Em suas reflexões, ele direciona críticas contundentes às instituições encarregadas de legitimar as políticas que delineiam a forma como a natureza é explorada. Krenak (2019) não apenas questiona, mas também atribui responsabilidades a essas entidades, destacando suas preocupações acerca das consequências nefastas dessas políticas para o ecossistema e para as comunidades indígenas diretamente afetadas.

> Pensemos nas nossas instituições mais bem consolidadas, como universidades ou organismos multilaterais, que surgiram no século XX: Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a Unesco por que era importante que o planeta não fosse devorado pela mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos — ou os netos de nossos tataranetos — vão poder passear para ver como era a Terra no passado. Essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser (Krenak, 2019, p.7 apud Almeida, 2021, p.24).

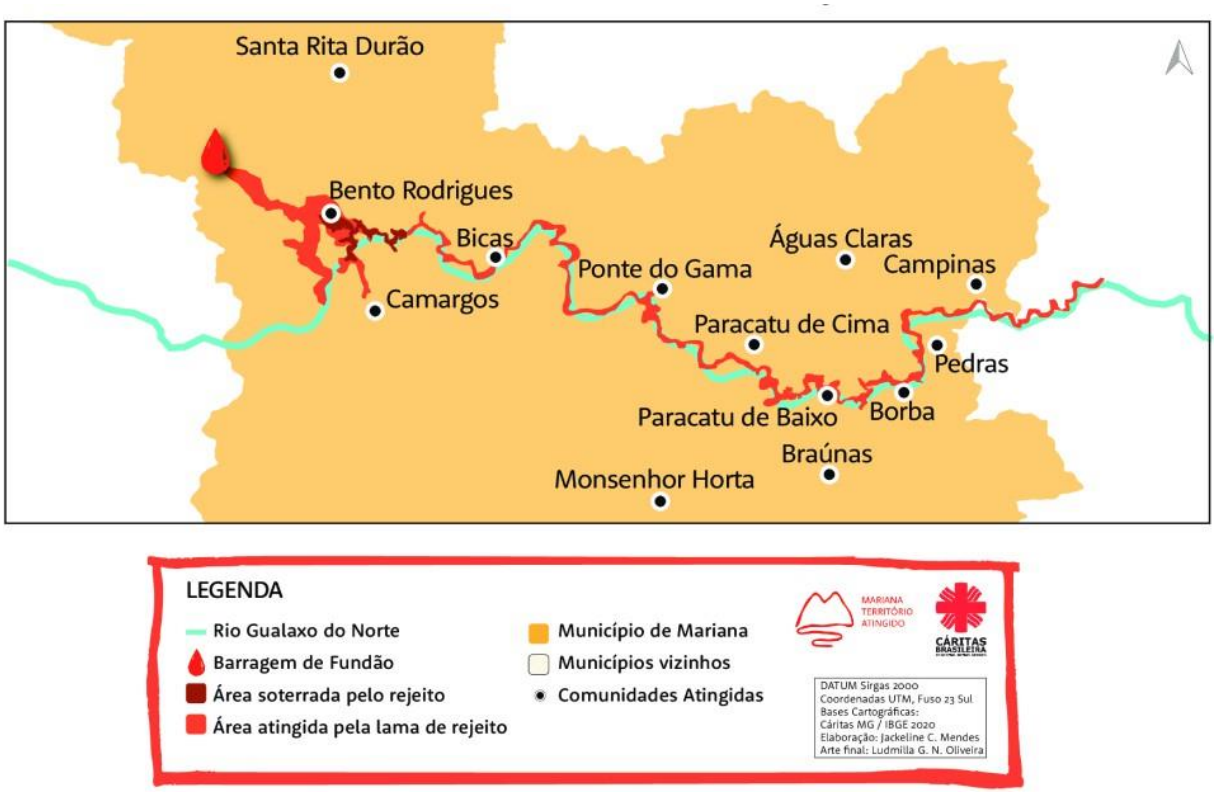
A liberação de aproximadamente 62 milhões de metros cúbicos de rejeito, constituiu-se no mais significativo desastre-crime socioambiental já documentado no território nacional. O denominado "mar de lama", atravessou o território de 41 municípios e percorreu cerca de 879 km desde o Rio Gualaxo Rio do Carmo, percorrendo a Bacia do Rio Doce até chegar a foz do Rio Doce em Regência/ES, atingindo o Oceano Atlântico no litoral sul do Estado da Bahia e adentrando o mar. Os efeitos catastróficos, resultaram na perda de 19 vidas humanas e acarretaram em repercussões drásticas tanto para o ambiente natural quanto para as comunidades atingidas.

> Atingidos (impac. miner.) Indivíduos e grupos que sofrem com os impactos da mineração, mesmo os desconsiderados oficialmente pela [avaliação de impacto ambiental], mineradoras e pelo poder público. Afetados territorialmente - indivíduos donos de terras, com título ou não, compulsoriamente removidos ou que perderam

> parte de suas terras de morada, locais de uso coletivo, locais de práticas culturais e importância histórica. Economicamente afetados - indivíduos que perderam ou tiveram reduzidas suas fontes de alimento, renda e matéria-prima necessárias para manutenção do modo de vida, por meio de interrupção ou eliminação dos meios de geração de renda ou de subsistência, como: áreas de coleta, terrenos agrícolas ou áreas de pesca; comerciantes que perderam mercado consumidor; trabalhadores que perderam o emprego; ou ainda, os indivíduos que se tornam dependentes de projetos sociais ou indenizações das empresas, perdendo sua capacidade de autoprodução e de autonomia (Gomide, 2018, p.31).

Este episódio deixou uma trilha de devastação ao longo de toda a bacia do Rio Doce, evidenciando a magnitude das consequências advindas da negligência nas práticas de gestão ambiental e ressaltando a urgência de revisões nas políticas e regulamentações aplicadas às mineradoras. O subdistrito de Bento Rodrigues, campo de estudo deste trabalho, localizado em Santa Rita Durão, distrito Mariana/MG e com população estimada em 600 habitantes, foi a primeira comunidade a ser atingida e a mais afetada pelos rejeitos de minério de ferro, meia hora após o rompimento, devido à sua proximidade de cerca de 6 quilômetros da barragem de Fundão.

Figura 04. Mapa da localização das comunidades atingidas em Mariana.



Fonte: Mapa elaborado por Jackeline C. Mendes e Ludmila G. N. Oliveira, 2022. Mariana território atingido.

Diante da dimensão e precisão dos estudos geotécnicos necessários para a mineração atingir tamanha significância no cenário econômico brasileiro, é considerado irresponsável rotular o fato ocorrido apenas como desastre ambiental. Pode-se dizer que o desastre-crime não

se limita ao dia 5 de novembro de 2015 e ao colapso da barragem de rejeitos de minério de Fundão, mas se estende como processo de violência antes e a partir desta data, é o que denominamos de crime continuado, uma vez que as reparações não se fizeram e a violência e violação de direitos das comunidades atingidas perduram.

O que anteriormente era uma comunidade vibrante, foi transformado em escombros pela onda de rejeitos. As casas que antes testemunhavam histórias e memórias foram engolidas pela lama tóxica, representando uma perda irreparável para os moradores, para a fauna, flora, rios, solos, para a natureza de modo geral e abrangente. A paisagem urbana de Bento Rodrigues, que outrora refletia a vida comunitária e de hábitos rurais, foi substituída por destroços e pela necessidade de reconstrução. No dia 5 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos de minérios do Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A. (Vale S.A. e BHP Billiton), se rompeu causando a desterritorialização de inúmeras populações ao longo da bacia do rio Doce assim como vem provocando danos sócio-espaciais e ambientais, envolvendo questões relacionadas à perda de territorialidades, de modos e projetos de vida, transformações econômicas e sociais, alterações na saúde mental e física dessas comunidades. O deslocamento físico, econômico e social não cessa no dia do rompimento da barragem, mas ocasiona variado e constante processo de perdas e danos.

Um aspecto crucial na determinação da localização de barragens de rejeitos neste contexto é a limitada capacidade de grupos étnicos minoritários e economicamente vulneráveis em defenderem seus direitos na esfera pública. A seleção dessas áreas para a instalação dessas estruturas parece correlacionar-se com a reduzida influência dessas comunidades nas decisões políticas e na expressão de suas preocupações. Adicionalmente, existe uma interligação entre as características populacionais dos afetados, a sobrecarga dessas barragens, a ausência de supervisão governamental e a negligência na implementação de planos de alerta sonoro e procedimentos de emergência. Essa inter-relação destaca a importância de promover políticas ambientais mais equitativas e inclusivas, juntamente com uma análise mais aprofundada das ramificações sociais e étnicas nas práticas de localização de barragens de rejeitos (MILANEZ et al., 2016). Essas características também estão vinculadas ao atendimento inadequado às vítimas, evidenciando as injustiças e indícios de racismo ambiental presentes nos processos de flexibilização do licenciamento ambiental. É nesse cenário complexo e desafiador que se desenrola a resposta institucional ao colapso da Barragem de Fundão em 2015.

Acerca do racismo ambiental, esse conceito

> se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. Essas questões estão associadas às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre essas etnias e populações mais vulneráveis, tenham elas ou não intenção explicitamente racista (Pacheco, 2016 apud Nogueira, p.19. 2019).

Nesse contexto, destaca-se posteriormente ao rompimento, a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) no ano subsequente. Este acordo foi estabelecido entre a empresa Samarco e suas acionistas (Vale e BHP Billiton), o governo Federal, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e entidades diversas. O TTAC delineia obrigações e diretrizes para intervenções na região impactada, incluindo a criação da Fundação Renova, uma entidade privada encarregada da gestão das ações de reparação. Contudo, críticas foram levantadas, especialmente em relação à ausência da participação da população afetada na elaboração do documento, resultando na suspensão da homologação do TTAC em 2016. Buscando reverter essa situação, em 2017 foi proposto e assinado o Termo Preliminar de Reajuste (TAP), juntamente com um aditivo ao próprio TAP, visando incluir medidas para a avaliação dos danos e facilitar a criação de um termo final. Este processo foi posteriormente conduzido pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Governança, garantindo uma participação mais abrangente das pessoas atingidas nas decisões (MPF, 2021). Os objetivos do acordo incluem a alteração do sistema de governança estabelecido no TTAC, assegurando a participação efetiva dos afetados no processo de reparação integral dos danos, e a instauração de um processo de repactuação dos programas socioambientais e socioeconômicos. Simultaneamente, em março de 2016, foi lançado um programa de cadastramento dos/as atingidos/as em toda a Bacia do Rio Doce, conhecido como Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados (PLCI), conforme previsto no TTAC. Entretanto, após avaliação dos atingidos e do Ministério Público, a metodologia adotada para o cadastro foi considerada insuficiente para abranger todos os danos aos quais a população afetada teria direito (JORNAL A SIRENE, 2017, apud MILANEZ et al., 2016, p.18).

Segundo o Jornal A Sirene[3] (2017), devido aos desafios enfrentados, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) demandou a criação de uma Assessoria Técnica para os atingidos em Mariana. O MPMG postulou a necessidade dessa assessoria em setembro de 2016, por meio da ação pública de incidente no 0400.16.003473-4. A Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais foi oficialmente escolhida pela comunidade atingida de Mariana para assumir

[3] Jornal produzido pelos atingidos da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, que se rompeu em novembro de 2015. Disponível em:< http://jornalasirene.com.br/>. Acesso em 20 jan. 2024.

esse papel. Desde outubro de 2016, a Cáritas integrou-se de forma permanente no território, composta por uma equipe multidisciplinar de assessores/as com envolvimento em movimentos sociais e/ou defesa das minorias. A Assessoria atua de maneira independente, sem qualquer vínculo com as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton ou Fundação Renova[4]. Entre suas responsabilidades, destaca-se auxiliar a população atingida na identificação de perdas e danos decorrentes do desastre, bem como colaborar, junto com a participação efetiva dos atingidos, na elaboração de estratégias para garantir direitos e promover a reparação integral (LEITE, 2021, p.10).

Em agosto de 2020 foi protocolada a Matriz de Danos dos atingidos, produzida pela Cáritas em parceria com a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão –Mariana/MG (CABF). Com isso, a Matriz foi incorporada à Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6. A assessoria técnica da Cáritas, ao trabalhar na Matriz de Danos em colaboração com os atingidos, representou um avanço significativo em direção à reparação integral e à participação efetiva das comunidades atingidas (CÁRITAS, 2020).

Segundo Leite (2021), o processo de cadastramento e negociações de compensação realizados durante a Fase de Negociações Extrajudiciais (FNE), conforme informações da Fundação Renova (2021), permitiu aos/as moradores/as o direito de escolher a modalidade de reparação mais adequada à perda de suas moradias.

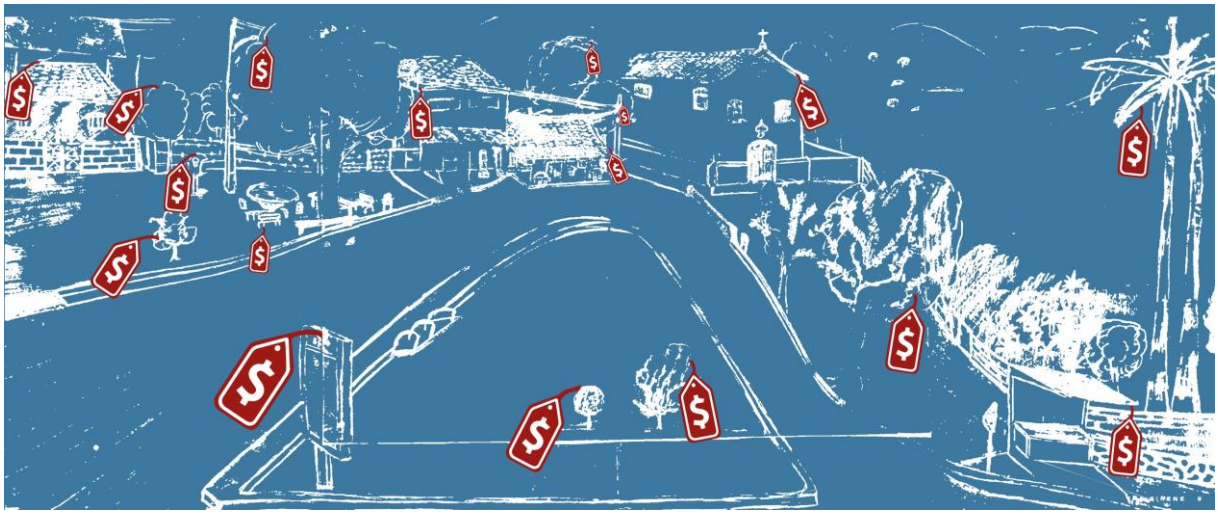
Segundo Siqueira (2019), um procedimento essencial no conjunto variado de compensações é o reassentamento. Analogamente aos outros processos de realocação compulsória, as pessoas necessitam do acesso à terra, tanto em ambientes urbanos quanto rurais, para exercerem o direito constitucional à moradia e utilizarem o espaço de maneira produtiva, especialmente em áreas rurais. Nesse contexto, incorporam-se aos processos conhecidos de reassentamentos involuntários complexidades adicionais associadas ao impacto súbito do evento que ocasionou o deslocamento forçado das comunidades – caracterizado pela ausência de anúncio prévio e por uma janela de espaço-tempo restrita –, aliadas à lentidão na definição de metodologias e diretrizes para conduzir esse processo. Em virtude dessa obrigação legal, nas audiências públicas, que ocorreram em Mariana no dia 06/02/18 e 27/03/18, foram acordadas as diretrizes de reparação do direito à moradia dos atingidos. Foi dado aos moradores o direito de escolher – como indenização pela perda da moradia – o tipo de reparação que melhor lhes atendessem. As modalidades de reparação são:

[4] Entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG. Disponível em:<fundacaorenova.org>. Acesso em 20 jan. 2024.

> Reassentamento coletivo: Ato de reparação diante de uma remoção forçada de uma comunidade do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento coletivo deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada as atividades produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos de uma comunidade.
>
> Reassentamento familiar: Ato de reparação de uma remoção forçada de um núcleo familiar do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento familiar deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada as atividades produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos do núcleo familiar removido.
>
> Reconstrução: Ato de reparação diante de um imóvel atingido. A reconstrução visa a reparação da moradia na área de origem de forma a restabelecer as condições de uso para fins de habitação, atividades produtivas e modos de vida. A premissa dessa modalidade de reparação é o acesso às informações sobre os riscos de permanência na área atingida, nos termos da legislação aplicável (Ata de Audiência Pública, 06/02/18).

É importante destacar que também é de direito dos atingidos, no caso do núcleo familiar, optar pela indenização por perda da moradia.

Figura 05. Modos de vida precificados.

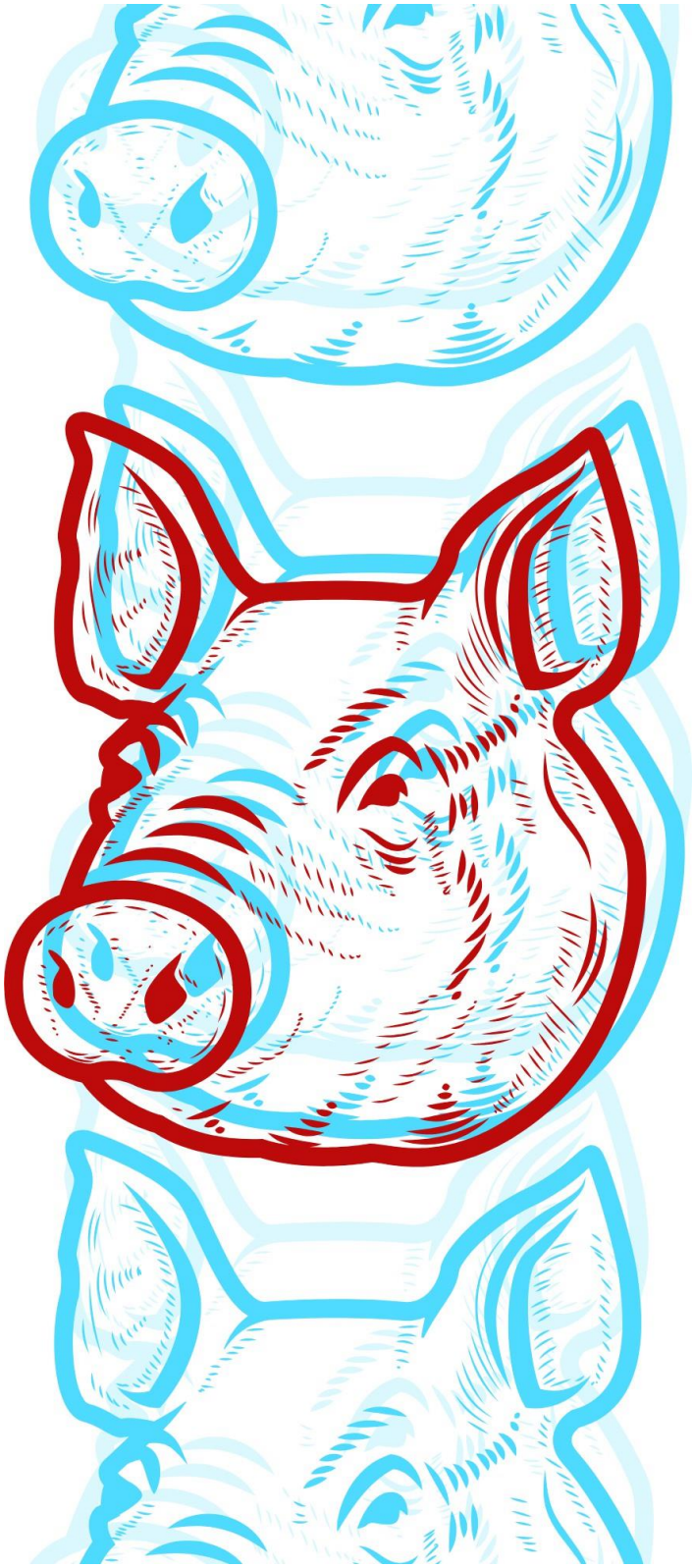


Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos desdobramentos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, a Fundação Renova desenvolveu um processo pseudo-participativo com os atingidos, que culminou na elaboração e construção do projeto urbanístico e arquitetônico para o reassentamento coletivo involuntário da comunidade de Bento Rodrigues, denominado Nova Lavoura, porém amplamente reconhecido pelos atingidos como "Novo Bento". Esta iniciativa revela não apenas a necessidade prática de realocação, mas também as complexas dinâmicas sociais e emocionais envolvidas na reconstrução pós-desastre, destacando a importância de considerar as perspectivas das comunidades atingidas.

O rompimento da Barragem de Fundão em 2015 assim como a de Brumadinho em 2019 insere as populações atingidas em situações de sofrimento social e nos faz questionar nosso modelo de sociedade e de desenvolvimento. Após mais de 8 anos do crime de Fundão o que se vê é o protagonismo da empresa e a inação do Estado com relação à execução dos ressarcimentos, indenizações e dos reassentamentos. O que se percebe é um jogo assimétrico de forças entre atingidos, Estado e empresa. Este desastre crime sócio-tecnológico mostra a emergência em enxergar as pessoas colocadas sob o julgo da manutenção e da expansão da exploração mineral no Brasil.

Figura 06. Porcos.



Fonte: Elaborado pela autora.

2.1. A VIDA EM BENTO DE ORIGEM

Nos momentos desafiadores de eventos devastadores, como desastres naturais ou rompimentos, as vidas das pessoas afetadas sofrem alterações profundas e impactantes. É nessas circunstâncias que a realidade diária é redefinida, muitas vezes de maneira irreversível. Este fenômeno não se limita apenas à perda de bens materiais, mas também se estende aos aspectos mais intrínsecos da rotina, dos costumes e dos hábitos dos/as pessoas atingidos/as. Nesse contexto, torna-se necessário compreender e explorar as complexidades dessa transformação, examinando as implicações psicológicas, sociais e econômicas que moldam a trajetória das comunidades atingidas que agora se veem diante da necessidade de reconstruir não apenas suas vidas materiais, mas também suas subjetividades. Os/as atingidos/as de Bento Rodrigues que optaram pela reparação de moradia no reassentamento de Nova Lavoura, modalidade reassentamento coletivo, em sua maioria, aguardam a finalização da construção do reassentamento vivendo na sede urbana do município de Mariana ou em outros distritos assim como parte da comunidade já começa a habitar no reassentamento. “Conforme o Jornal A Sirene (2018), a rotina dos atingidos pós rompimento não é mais a mesma. As rendas, os gastos e o modo de vida são diferentes. Essa população precisa reaprender a viver de uma nova forma, devido aos bens que lhes foram tirados. Além dos bens materiais que foram destruídos, o desastre crime também afetou o cotidiano, os costumes e os hábitos dessa comunidade. As perdas são inúmeras e imensuráveis.” (GODINHO, 2019, p. 24).

> A roça, com seus costumes, hábitos, tranquilidade, foi atingida pela lama. Quando pensamos nas comunidades que receberam rejeito, temos que considerar o modo de vida desses lugares interioranos, pequenos, rurais, de relação próxima com a natureza e com os bichos. Os problemas que o rompimento da barragem trouxeram para essas pessoas são grandes e interferem exatamente sobre essas práticas de “ser da roça”. Para se voltar à vida como era, antes de tudo, é preciso respeito. (Jornal A Sirene, 2017, Ed.17, p.9)

Figura 07. Subdistrito de Bento Rodrigues



Fonte: Exame Desiderio, 2016. Modificado pela autora.

Para uma compreensão mais abrangente dos modos de vida em Bento Rodrigues, é crucial analisar em detalhes como as interações ocorriam nesses espaços. A rotina dos/as atingidos/as estava profundamente ligada ao território, sendo este o alicerce central de suas práticas cotidianas. A remoção das pessoas de seu território de origem não apenas implica a mudança física, mas também resulta na supressão de seus hábitos e modos e projetos de vida. Assim, a luta da comunidade de Bento por medidas reparatórias, que possibilitem a restauração de costumes mais alinhados aos previamente vivenciados visa preservar a vitalidade de sua cultura e subjetividades. Este empenho destaca não apenas a importância atribuída aos modos de vida pré-existentes, mas representa também uma resistência ativa contra imposições

culturais externas, configurando-se como uma luta para a manutenção da integridade cultural da comunidade de Bento. Segundo um dos atingidos de Bento Rodrigues

> "Lá eu tinha uma vida... agora só Deus. Meu terreno, as coisas que eu mexia, planta, perdi tudo. Na realidade, eu tinha meus horários, minhas coisas todas organizadas e até hoje nada foi restabelecido." Disponível em: http://www.territorioatingido.com.br/. Acessado em 20/01/2023).

Figura 08. Fotos do arquivo de Manoel Marcos Muniz.



Fonte: https://jornalasirene.com.br/. Modificado pela autora.

Nos relatos das pessoas atingidas, observa-se a presença de reflexões acerca de como a alteração de ambiente impacta de maneira direta nos modos de vida

> Na roça, as pessoas são acostumadas a viver livres, de maneira simples. As portas e as janelas costumam ficar abertas o tempo inteiro. Contudo, desde o rompimento da Barragem de Fundão, a segurança das comunidades atingidas foi colocada à prova e, nas últimas semanas, um recorrente número de roubos e saques vem acontecendo. A exposição dos bens, o aumento da circulação de pessoas em alguns locais, o aspecto de abandono que a lama deixou em outros reforçam a necessidade de um sistema de proteção maior para esses lugares. O que os atingidos querem, depois de tudo, é poder continuar vivendo com a confiança de antes. (Jornal A Sirene, 2018, Ed.23, p.12)

A transição do ambiente com hábitos rurais para o urbano para o urbano influenciou não apenas os modos de vida dos adultos, mas também se manifesta nos discursos das crianças que habitavam a região. Gabriel Marcos Cardoso da Silva, garoto de 13 anos e atingido pela barragem lembra

> Bento já não existia mais. Uma das coisas que eu mais tenho saudade é poder andar de bicicleta lá em Bento. Nunca esqueço de quando havia ganhado uma de presente no dia de Natal. Nesse dia fiquei na rua até de madrugada andando de bicicleta. Lá a gente brincava o dia todo, aqui não tem isso. (Jornal a Sirene, 2017, Ed. 12, p.6)

Observa-se que a segurança das crianças ao brincarem nas ruas de Bento Rodrigues está diretamente associada às relações de vizinhança que proporcionam um ambiente seguro,

fortalecido por uma comunidade onde todos se conheciam, compartilhavam alimentos e se apoiavam mutuamente, revelando a solidez dos laços interpessoais na localidade."

> A nossa relação aqui na comunidade era muito forte. Todo mundo aqui se conhecia. A gente trocava frutas, verduras, legumes... Quando uma pessoa ficava doente, os outros iam e ajudavam. Era um indo na casa do outro. Ali mesmo tomava um café, comia uma quitanda ou uma merenda. (Disponível em: http://www.territorioatingido.com.br/. Acessado em 20/01/2023)

A forte conexão presente na comunidade de Bento Rodrigues, evidenciada pelas relações de vizinhança, troca de alimentos e apoio mútuo, contrasta com a nova realidade vivenciada pelos atingidos.

> As trocas de alimentos, seja diretamente dos quintais e roças, ou quitandas feitas no forno a lenha, eram formas de estabelecer vínculos entre vizinhos e entre as comunidades. Dar, receber e retribuir uma couve, ovos, queijo, não era baseado no valor de mercado da commodity em questão, mas sim no fortalecimento dos laços sociais entre parentes e amigos. Os idosos e idosas passavam então essa forma de troca comunitária às novas gerações, ensinando aos mais novos valores de pertencimento à comunidade, de coesão e apoio mútuo. (Nome da pessoa.. Disponível em: http://www.territorioatingido.com.br/. Acessado em 20/01/2023)

De acordo com Godinho (INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2019, p 35), muitos residentes do subdistrito dependiam ativamente da agricultura e da pecuária. Estas práticas não apenas asseguravam o sustento de suas famílias, mas também representavam uma fonte essencial de receita. Um exemplo notável era a produção da pimenta biquinho, que desempenhava um papel central na elaboração da renomada geleia de pimenta de Bento Rodrigues. Adicionalmente, outras atividades, como a pesca e o envolvimento no comércio local, também eram fundamentais para o sustento de alguns residentes nas áreas afetadas.Nas relações de vizinhança na comunidade de Bento Rodrigues, a economia era predominantemente sustentada pelas trocas de alimentos, viabilizadas pelos quintais produtivos. No entanto, ao realocar a comunidade para locais, onde quintais para o cultivo de autoconsumo e criação de animais não existam, ocorre a destruição das relações de vizinhança e, consequentemente, compromete-se os modos de existir desta comunidade, assim como as relações econômicas e de segurança alimentar ficam comprometidas.

> Lá em Bento, eu tinha meu fogão à lenha; aqui, eu uso gás e ele não dá pro mês; e, quando ele acaba, nós esperamos virar o mês pra conseguir comprar outro, senão ficamos sem. Lá, quando quisesse chupar uma cana, tinha; e aqui é o quê? Se não tinha verdura, meu sogro levava pra gente; e aqui? Lá, eu não comprava banana, laranja, mamão; e aqui preciso comprar tudo isso. Joana D'Arc, moradora de Bento Rodrigues. (Jornal A Sirene, 2018, Ed. 25, p.14).

> "A galinha caipira feita no fogão à lenha me lembra o Bento. Minha mãe ou meu pai faziam, aí eu chamava os meus amigos, a gente se fartava e depois voltávamos a brincar. Eu gostava das saladas que a minha avó fazia com as verduras e legumes colhidos na horta. Agora temos que comprar no sacolão. Mas o gosto é diferente, eu não gosto mais. Eu não comia ovo de granja, mas aqui na cidade é difícil encontrar ovos caipira e quando encontro são muito caros. Hambúrguer e açaí eu comia de vez em quando, mas agora como com frequência." Gabriel Marcos, morador de Bento Rodrigues. (Jornal A Sirene, 2017, Ed. 14, p.10).

A mudança da comunidade de Bento Rodrigues para Mariana e imediações fragmentou as relações de vizinhança e ao realocá-los para locais sem quintais produtivos impactou os hábitos alimentares e a subjetividade da comunidade. As narrativas dos atingidos Joana D'Arc e Gabriel Marcos destacam as dificuldades na adaptação a um novo contexto, onde a aquisição de alimentos tornou-se desafiadora, resultando na perda de práticas alimentares tradicionais e na desconexão com os recursos disponíveis anteriormente. De acordo com informações do Jornal A Sirene, muitos atingidos além de não possuírem mais áreas de cultivo ainda perderam suas principais fontes de renda, enfrentando desafios financeiros e evidenciando as complexidades na reconstrução de suas vidas após o desastre. Alguns moradores recebem um cartão de assistência financeira para reparação. No entanto, desde o início, esses cartões têm enfrentado problemas, uma vez que a bandeira do cartão, Policard, é aceita apenas em poucos estabelecimentos de Mariana e apresentava um adesivo da Fundação Renova, o que agravava ainda mais a discriminação enfrentada pelos afetados em relação aos moradores de Mariana. As transformações na economia e nos padrões alimentares refletem a complexidade das mudanças vivenciadas pela comunidade de Bento Rodrigues.

> Eu tinha um açougue em Bento Rodrigues, era minha principal fonte de renda. Perdi minha casa, meu estabelecimento comercial e toda minha mercadoria. Hoje estou em Mariana e recebo o cartão. Mas não recebi adiantamento da indenização. (Agnaldo Silva, Jornal A Sirene, 2016, Ed.5, p.1

Figura 09. Alimentação como mercadoria.

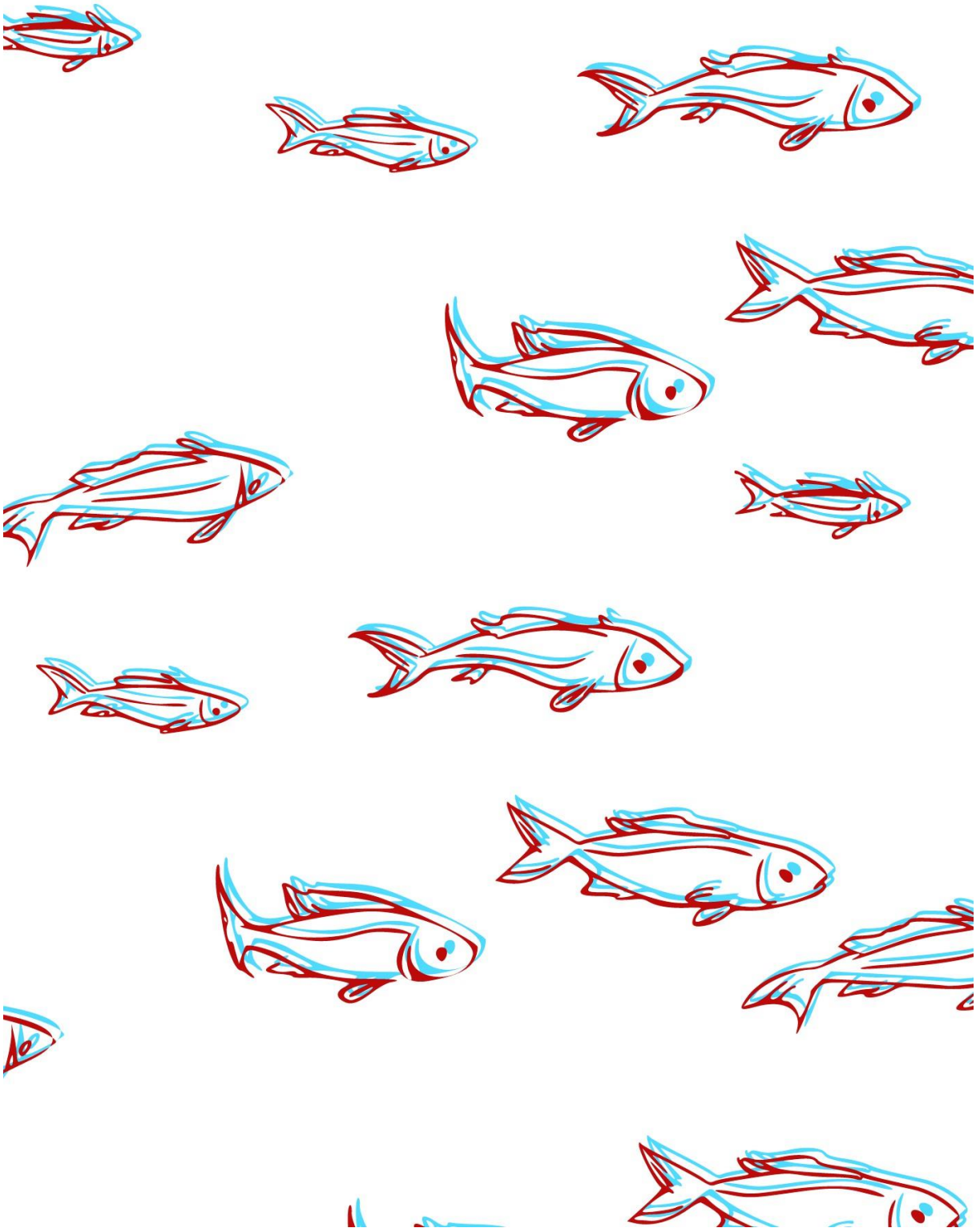


Fonte: Desenvolvido pela autora.

A maioria dos atingidos cultivava e colhia seus próprios alimentos, vivenciando um modo de vida profundamente enraizado em características rurais. No entanto, em decorrência do desastre-crime, muitos foram obrigados a se deslocar para a área urbana de Mariana, resultando em uma transformação completa de seus modos de vida tradicionais. Vale destacar que essas mudanças estão intrinsecamente ligadas à deterioração da qualidade de vida. Aqui, a expressão "qualidade de vida" abrange não apenas o bem-estar físico e psicológico dos

atingidos, mas também as condições ambientais relacionadas à habitação, costumes, cultura e contexto local. (NERI, 2003 apud Mariana Território Atingido. Disponível em: http://www.territorioatingido.com.br/. Acessado em 20/01/2023)

Figura 10. Peixes.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Segundo Godinho (2019, p 44), um aspecto que caracteriza a comunidade de Bento de origem é a utilização dos rios, que, para além de serem fontes de água, desempenhavam um papel fundamental na sustentação alimentar dos atingidos. A prática da pesca não se restringia apenas à obtenção de alimentos, mas também proporcionava momentos de lazer tanto para os moradores locais quanto para os visitantes. Além disso, pescar ainda representava a herança de técnicas transmitidas pelas gerações anteriores. A água também está associada ao lazer nas cachoeiras e ao consumo de água bruta para os animais e para os cultivos posto que Bento Rodrigues caracterizava-se pelas práticas rurais de cultivo e criação de animais.

> A relação que a gente tinha com o rio era muito forte. A vida inteira nossa foi tomando banho lá, pescando. E era o lugar onde o gado matava a sede. A gente também tinha plantação na beira do rio, plantava milho, feijão e ainda fazia telha e tijolo na nascente. Tirava a argila, amassava, colocava na fôrma e deixava secar pra por no forno. O Gualaxo significa muita coisa. A natureza traz coisa demais pra mim. A gente tem que cuidar dela porque já tá quase acabando. Agora acabou tudo. Fácil não é não. E é como se tivessem cutucando o machucado, ficar lembrando de coisa que não tem mais. (Disponível em: https://jornalasirene.com.br/galeria-de-imagens/2018/06/29/galeria-gualaxo. Acesso em 20/01/2023)

A ausência das relações com o rio é profundamente sentida pela comunidade atingida e pode ser identificada no discurso do atingido, Alan Cassiano "Sinto muita tristeza ao ver o rio dessa forma. Me recordo de quando pessoas de todas as idades iam pescar, algumas até nadavam. Hoje tenho medo de entrar na água, pois há alto risco de contaminação."

Vale ressaltar que ao longo do Rio Doce, muitas comunidades foram atingidas e as relações que se tinha com o rio apresentavam características distintas. No contexto da etnia indígena Krenak, a relação com o rio vai além da esfera da pesca e do lazer, assumindo uma dimensão essencialmente espiritual.

> Na língua Krenak, Rio Doce é Watú, e Watú é "grande pai". A perda do rio, para esse povo, ultrapassa qualquer possibilidade de mensuração de danos pelo homem, já que esses são de ordem espiritual. Para além da perda do modo de vida tradicional, a perda do Rio Doce configura um verdadeiro atentado ao sagrado Krenak. (Jornal A Sirene, 2017, Ed. 11, p. 27).

Figura 11. Neoextrativismo e neoliberalismo.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Inúmeras pessoas em toda a extensão da Bacia do Rio Doce esperam ansiosamente pela reparação dos prejuízos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. O processo é

complexo e demanda a participação total das comunidades atingidas para que seja verdadeiramente eficaz.

Essas perdas e anseios são entrelaçados com as experiências vividas nas edificações religiosas do subdistrito, no que diz respeito aos espaços, é relevante ressaltar as construções religiosas que integram a paisagem do centro urbano do subdistrito. Estes locais detêm uma significativa importância cultural, não apenas devido às atividades contemporâneas promovidas pelos residentes, mas também em virtude de sua riqueza histórica. Bento Rodrigues abriga duas capelas principais, nomeadamente São Bento e Nossa Senhora das Mercês. Esses recintos e os cemitérios adjacentes eram, primordialmente, os locais onde as práticas religiosas eram realizadas.

> Sempre que possível, vamos pra lá (Bento] tentando resgatar não as coisas materiais, mas as nossas vidas. Combinamos as nossas ações e sempre nos reunimos nos finais de semana. Das casas que a lama desarrumou. já arrumamos duas. Colocamos portas e janelas naquilo que se tornou o nosso refúgio. A festa de São Bento, de Nossa Senhora das Mercês, o Réveillon, o Carnaval, a Semana Santa, a nossa festa junina, são atos que conseguimos realizar e que nos fizeram nos sentir em casa. Lá, extravasamos o sentimento que fica guardado dentro de nós. Temos, desde o início, o intuito de lutar pela manutenção de nossas tradições e pela recuperação de nossas memórias, que, mesmo soterradas pela lama, são nossas. (A Sirene, julho de 2017, p. 5)

Outro aspecto marcante que caracterizava a comunidade de Bento Rodrigues era a estrutura urbana onde prevaleciam “edificações de um pavimento, mantendo a relação urbana primitiva com destaque às capelas em relação às edificações civis” (FERREIRA, 2017, p.55 apud GODINHO - INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2019, p 36). As características das construções eram bastante simples, mantendo a tipologia colonial e viabilizadas através da autoconstrução. Observa-se a presença de diferentes sistemas construtivos dentro de uma única edificação, como a coexistência de paredes de pau a pique e alvenaria de tijolos sobre base de pedra.

Figura 12. Subdistrito de Bento Rodrigues.



Fonte: Exame Desiderio, 2016.

> Não esperava um dia estar aqui em Mariana, como estou hoje. Dependendo dos outros. A barragem foi a pior coisa que aconteceu na minha vida. Trabalhei tanto, lutei tanto... Quero minha casa. Tenho muitos questionamentos. Se receber outra casa pode ser até melhor, mas igual a antiga nunca mais. (Jornal A Sirene, 2017, Ed. 10, p. 5).

A moradia e o urbanismo desempenham papéis cruciais na configuração do ambiente, refletindo não apenas a funcionalidade das construções, mas também a relação intrínseca entre os habitantes e o contexto rural circundante. Antes do desastre, as residências se apresentavam alinhadas à rua principal, revelando uma característica marcante dos núcleos urbanos setecentistas (Ferreira, 2017, p.11) . A disposição não apenas evidencia uma herança histórica, mas também aponta para a relevância da interação dos moradores com o ambiente rural e a natureza. Além disso, as áreas destinadas ao plantio, integradas ao espaço urbano, eram delineadas de forma distinta, onde a demarcação entre os lotes não se fazia necessariamente por meio de muros e cercas. Essa integração do espaço habitacional com as áreas de cultivo ressalta a proximidade entre o ambiente construído e a natureza, enriquecendo não apenas a moradia, mas também a identidade histórica e cultural da comunidade.

O núcleo urbano de Bento Rodrigues, composto por cerca de 620 habitantes, era marcado por terrenos que se destacavam pela presença notável de espaços verdes, os quais incluíam quintais, hortas e pomares. Na sua configuração predominante, a maioria dos lotes abrigava apenas uma edificação residencial, além de contar com construções secundárias, como galinheiros e chiqueiros.

Neste capítulo, foi abordado a dinâmica neoextrativista no Brasil, com ênfase em Minas Gerais, destacando a histórica exploração de recursos minerais marcada por práticas socioambientais predatórias Foi destacado o rompimento da Barragem de Fundão em 2015, pela Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana/MG, e suas consequências devastadoras, bem como as complexidades no processo de reparação, envolvendo aspectos socioeconômicos, ambientais e direitos das comunidades atingidas. Posteriormente, foi discutido como a mudança dos atingidos para reassentamentos urbanos impacta não apenas a economia, os modos de vida e a segurança, mas também a subjetividade da comunidade. Foi evidenciado a luta pela preservação de tradições e pela reconstrução de uma vida que reflita as características originais de Bento.

03. A CIDADE NEOLIBERAL CRIADA PELO URBANISMO NEOEXTRATIVISTA

O neoextrativismo pode ser compreendido como um modelo de desenvolvimento que, embora promova o crescimento econômico, apresenta consequências sociais e ambientais que moldam a paisagem urbana contemporânea e impactam a vida das populações locais. Esse modelo é caracterizado pela extração em larga escala de recursos naturais e se insere em um contexto de exportação de matérias-primas, atendendo às dinâmicas de produção do comércio internacional. Segundo Soares (2024), essa lógica de desenvolvimento prioriza a apropriação de recursos em detrimento da sustentabilidade e do fortalecimento das comunidades. Esse modelo é caracterizado pela extração em larga escala de recursos naturais como matérias-primas para atender as dinâmicas de produção mundiais e está sujeito às demandas globais e à instabilidade dos preços internacionais das commodities. Assim, a análise do neoextrativismo se torna crucial para compreendermos a configuração das cidades neoliberais, onde o urbanismo se articula com interesses econômicos que frequentemente negligenciam as particularidades culturais e as necessidades sociais dos habitantes. Essa dinâmica cria um ciclo de dependência econômica em torno da exploração de recursos naturais, que reforça a vulnerabilidade das populações locais frente às oscilações do mercado global. Além disso, a contínua pressão sobre os territórios minerados compromete não apenas o meio ambiente, mas também a coesão social, uma vez que as comunidades são deslocadas e marginalizadas em favor do capital transnacional. Dessa forma, o neoextrativismo intensifica desigualdades territoriais e acentua a precarização das condições de vida nas regiões impactadas.

Figura 13. Alimentação como mercadoria.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

> O neoextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico, baseado na extração e na apropriação em grande escala de recursos naturais para exportação, em redes produtivas pouco diversificadas, culminando na subordinação à geoeconomia internacional. (Soares, 2024, p. 6)

Segundo Soares (2024), a ampliação da agenda econômica liberal, que a partir de 2016 assumiu características ultraliberais, promove a desregulamentação no âmbito socioambiental e a transferência de ativos públicos para o setor privado. Esse processo se manifesta de maneira violenta e repressiva por parte dos estados e das corporações em relação aos grupos atingidos e aos movimentos de resistência.

Ao analisarmos o contexto e as implicações da doutrina neoliberal, torna-se evidente a divisão da população em ricos, que são livres, e pobres, que permanecem submissos. Essa doutrina desempenha um papel parcial, beneficiando apenas uma camada da sociedade. Uma das consequências do neoliberalismo e seus mecanismos financeiros é o enriquecimento das classes dominantes e a expulsão de civis, refletida na desterritorialização.

Nesse contexto, pode ser observada a atuação da Samarco Mineração S.A., a empresa desenvolve um complexo conjunto de atividades que inclui a extração mineral, o processamento secundário e o transporte transoceânico de pellet feed e pelotas de minério de ferro, com operações em Mariana iniciadas no final dos anos 1970, na mina de Germano, e posteriormente expandindo-se para outras localidades. No entanto, o rompimento da barragem de Fundão, em consequência de práticas minerárias irresponsáveis e predatórias, revelou os impactos destrutivos dessa desregulamentação. O desastre causou danos irreparáveis aos direitos humanos das comunidades atingidas, resultando em mortes, desaparecimentos, traumas psicológicos e profundas alterações nos modos de vida, incluindo a desterritorialização compulsória de moradores, a perda de renda e a fragmentação de seus vínculos com a natureza, amigos e familiares. Especificamente, no subdistrito de Bento Rodrigues, 612 moradores foram deslocados e tiveram seus modos de vida interrompidos e substituídos por novos modos de se viver impostos pelo processo de reparação do direito à moradia.

> Em uma sociedade marcada pela lógica neoliberal, onde a competição entre localidades se intensifica, o reassentamento de Bento Rodrigues pode ser integrado às dinâmicas que priorizam a valorização econômica, em detrimento das necessidades e das culturas locais. Isso porque se observa que tal desenho de projeto de vida está em direção oposta àquela desejada pela comunidade.(Soares, 2024, p.198)

Diante da destruição de comunidades, da remoção forçada e da necessidade de encontrar um local seguro para restabelecer seus modos de vida, os moradores de Bento Rodrigues foram inseridos no processo de reassentamento como única alternativa para garantir o direito constitucional à moradia. Esse reassentamento pode ser considerado involuntário, pois os atingidos não tiveram a opção de recusar o deslocamento e a aquisição da nova terra (ALMEIDA, 2021, p 45).

> A construção das novas moradias segue uma lógica essencialmente vinculada ao circuito capitalista neoliberal, uma realidade estranha ao antigo território, assemelhando-se a um condomínio fechado em face da padronização e da homogeneização que o reassentamento reproduz. A introdução forçada de um novo padrão de habitação à comunidade, que desconsidera os modos de vida e a cultura local, pode ser entendida como uma expressão do autoritarismo corporativo. (Soares, 2024, p. 25)

Segundo Soares (2024), o autoritarismo exercido pelas grandes corporações que operam no setor neoextrativista está diretamente vinculado às assimetrias de poder observadas nas disputas pelos territórios explorados. Essas empresas frequentemente colocam o lucro acima dos direitos humanos e da preservação ambiental, o que contribui para a perpetuação de conflitos e desigualdades nas áreas mineradas. A manutenção desse cenário é facilitada pela condição de vulnerabilidade e marginalização das comunidades atingidas, que, diante da influência dessas corporações, possuem pouco poder de resistência e de reivindicação de seus direitos. Enquanto esse desequilíbrio de forças persistir, a tensão social e a exploração tendem a marcar as relações nessas regiões (SOARES, 2024, p 25).

> O autoritarismo corporativo gera a imposição de políticas e práticas sem considerar e respeitar os direitos e os interesses dos moradores afetados, imprimindo um contexto antidemocrático e sem participação efetiva. As decisões centralizadas na Renova foram dominantes no processo de reassentamento. (Soares, 2024, p. 25)

De acordo com Soares (2024), a lógica neoextrativista, ao destinar territórios para exploração mineral, ignora as legislações ambientais e patrimoniais vigentes, assim como a organização físico-territorial existente. Esse processo se impõe sobre ocupações humanas de diversas escalas, resultando na expulsão de populações vulneráveis que, por sua falta de força política e capital social, encontram-se à mercê dessas dinâmicas. Esse fenômeno é caracterizado como racismo ambiental, onde as comunidades marginalizadas são desproporcionalmente atingidas pelos impactos da exploração mineral. A situação observada em Mariana ilustra esse processo, em que a busca por lucros se dá através da devastação territorial, que afeta não só a natureza e as paisagens geográficas, mas também as comunidades próximas aos núcleos de extração. Esse cenário faz parte da chamada "indústria do desastre", frequentemente apoiada pelo Estado, que age como aliado imprescindível nesse contexto (SOARES, 2024, p 8).

> Indiscutivelmente, a partir do rompimento da barragem, os modos de vida das comunidades mudaram, principalmente porque as pessoas passaram por um deslocamento forçado. A Fundação Renova não consegue entender que as pessoas tiveram os modos de vida alterados em função de vários fatores: quando passaram a não morar mais no espaço em que residiam anteriormente, quando elas perderam as referências de vizinhança, quando não tem mais acesso ao rio ou às comunidades que foram dizimadas, além da lama, a poeira, as vias que sofrem danos diariamente. Na

> verdade, o rompimento foi o início de vários outros danos que acontecem até hoje, em consequência dele resolve tudo. (Danielle Jorge, assessora técnica da AEDAS, Jornal A Sirene, 2019, Ed 34, p 5)

Enquanto as empresas buscam maximizar seus lucros, as comunidades atingidas continuam em uma posição de extrema vulnerabilidade. A marginalização dessas populações reflete as estruturas de poder que favorecem o capital em detrimento dos direitos humanos e da proteção ambiental. Essas relações assimétricas não apenas perpetuam a desigualdade e o conflito, mas fazem da mineração um instrumento de exploração e opressão. O modelo de desenvolvimento fundamentado no neoextrativismo, impulsionado pela lógica neoliberal, transforma as cidades e regiões mineradoras em territórios fragmentados e desiguais. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, exemplifica como as assimetrias nas relações de poder se manifestam no território. A concepção do projeto arquitetônico e urbanístico do Reassentamento de Nova Lavoura, proposto como uma tentativa de reparação do direito à moradia, revela que essas dinâmicas de poder não se limitam ao evento do desastre. Elas perduram ao longo do tempo, influenciando todo o processo de reparação e reforçando as disparidades existentes.

A urbanização neoliberal está associada à produção de espaços de consumo. A financeirização da terra e ativos imobiliários estão relacionados a processos de gentrificação. A racionalidade neoliberal preconiza a experiência individualista, a capacidade de consumo, onde as relações sociais se dão a partir do privado produzindo assim bairros privados e zonas especiais. A configuração da vida urbana passa pelo o uso do carro, pela moradia isolada da rua, segregação social, casas muradas e com definições rígidas entre entre público e privado com o fortalecimento do privado e fragilização da noção de público e comunitário.

No reassentamento de Nova Lavoura identificamos traços desta urbanização neoliberal. Em Bento de origem observava-se predominância de espaços de produção em detrimento dos espaços de consumo, a permeabilidade entre espaços privados e comunitários diante da configuração rígida entre tais categorias, o ideal de coletividade ante a noção de individualismo. Seguindo a cartilha neoliberal, o reassentamento de Nova Lavoura segue construindo espaços de segregação entre vizinhos, famílias, natureza e áreas construídas, ausência de espaços produtivos, como os quintais para cultivo e criação de animais. As ruas caracterizam-se por contínuos de muros a serem percorridos de carro, isso para uma comunidade que sempre se deslocou a pé no seu núcleo urbano com características rurais. No reassentamento a natureza busca ser substituída pela construção de um parque, a gentrificação está anunciada através de placas de vende-se.

Figura 14. Colagem territorial.



Fonte: Jornal A Sirene - Modificado pela autora.

3.1 A IRONIA DA REPARAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

Em virtude das grandes proporções alcançadas pelo rompimento da barragem de Fundão, os danos resultantes acarretaram consequências sociais de amplas dimensões. Cada atingido possui particularidades em relação às suas vulnerabilidades e às formas de inserção socioeconômica e interações com o espaço. Essa diversidade de perfis resulta na necessidade de mecanismos de reparação que abranjam as especificidades de cada pessoa ou grupo. Esse caráter heterogêneo das populações atingidas reforça a complexidade do processo de reparação, que deve possuir múltiplas abordagens para assegurar a restituição plena dos direitos violados. Como já mencionado neste estudo, nas audiências públicas realizadas em Mariana, nos dias 06/02/18 e 27/03/18, foram acordadas as modalidades de reparação do direito à moradia que os atingidos poderiam se inserir, são elas:

> Reassentamento coletivo: Ato de reparação diante de uma remoção forçada de uma comunidade do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento coletivo deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada às atividades produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos de uma comunidade.
>
> Reassentamento familiar: Ato de reparação de uma remoção forçada de um núcleo familiar do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento familiar deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada às atividades

> produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos do núcleo familiar removido.
>
> Reconstrução: Ato de reparação diante de um imóvel atingido. A reconstrução visa a reparação da moradia na área de origem de forma a restabelecer as condições de uso para fins de habitação, atividades produtivas e modos de vida. A premissa dessa modalidade de reparação é o acesso às informações sobre os riscos de permanência na área atingida, nos termos da legislação aplicável. (Ata de Audiência Pública, 06/02/18).

De acordo com Soares (2024), no contexto brasileiro, especialmente em razão do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, o projeto de reassentamento deve ser visto não apenas como uma resposta às demandas de reparação do direito a uma moradia digna, mas também como uma oportunidade para a criação de um novo modelo de planejamento urbano. Esse novo arranjo urbano pode possibilitar reconfigurações econômicas e sociais, sendo fundamentalmente moldado pelas concepções e interesses da indústria de mineração. (SOARES, 2024, p. 198)

Para iniciar o processo de reparação, logo após o rompimento da barragem, foram realizados levantamentos de dados e diagnósticos para identificar e quantificar os danos causados. Conforme relatado pela Fundação Renova, uma das atividades iniciais empreendidas pela Samarco com o objetivo de reparação foi o “Levantamento de Expectativas”, que, por meio de oficinas com as famílias atingidas, identificou 217 lotes destruídos. Paralelamente, foi aplicada a metodologia denominada “Auto delimitação”, na qual os atingidos, utilizando imagens de satélite do terreno de Bento Rodrigues, autodeclararam os limites de suas propriedades originais. De acordo com o Manual do Arquiteto da Fundação Renova (2018), essa abordagem permitiu que 227 moradores reconhecessem quase toda a área de Bento Rodrigues. Entretanto, segundo Godinho (2024), a Cáritas/MG declarou desconhecer a metodologia de auto delimitação, que, segundo a Fundação Renova, teria sido supostamente realizada pelos próprios atingidos. Esse fato levanta dúvidas sobre a veracidade das informações apresentadas pela Fundação e, por consequência, sobre suas reais intenções no processo de reparação das vítimas. (GODINHO, 2019, p. 61)

Desde o início do processo de reparação, evidenciou-se a prática da pseudoparticipação dos atingidos nas instâncias decisórias, o que levanta questionamentos sobre a efetividade das ações implementadas. Um dos momentos mais significativos desse processo foi a escolha do terreno destinado ao reassentamento, em que se tornou ainda mais evidente essa participação limitada, na qual os atingidos não exerceram influência substancial sobre as decisões tomadas.

Conforme exposto pela Fundação Renova, a escolha do terreno para o reassentamento foi definida por meio de votação da comunidade, com base em três áreas previamente selecionadas pela Samarco. Em maio de 2016, no Centro de Convenções de Mariana, realizou-se a votação na qual cada família teve o direito a um voto. Para que o processo fosse considerado válido, era necessário que ao menos 60% das famílias participassem, e o terreno escolhido deveria receber pelo menos 60% dos votos. Dentre as opções, destacaram-se a área da Lavoura, pertencente à ArcelorMittal, além das áreas de Carabina, de propriedade particular, e Bicas, que pertencia à própria Samarco, sendo a decisão teoricamente pautada nos critérios apontados como prioritários pelos atingidos. De acordo com informações fornecidas pela Samarco, 92% das 223 famílias residentes em Bento Rodrigues optaram pela área da Lavoura. Em relação às demais opções, sabe-se que o terreno de Bicas se situava a uma distância maior de Mariana, enquanto o proprietário do terreno de Carabina demonstrava resistência em vendê-lo. (GODINHO, 2019, p. 63)

> Considerando a classificação relativa aos níveis de participação popular, proposta por Souza (2016), concluímos que a escolha do terreno não aconteceu por vias de participação autêntica e sim por cooptação, ou seja, uma pseudoparticipação. A empresa priva os atingidos – através da apresentação de opções previamente definidas – do real poder decisório sob a escolha da nova área de reassentamento. (Godinho, 2019, p. 63).

A análise do processo de participação adotado pela Renova, revela uma dinâmica problemática.

Esse modelo de decisão é identificado como pseudoparticipativo, uma vez que a verdadeira participação dos atingidos é comprometida pela apresentação de alternativas que já foram preestabelecidas pelas empresas envolvidas, como a Samarco, Vale e BHP. Embora alguns membros da comunidade expressem orgulho e esperança em relação à escolha do local, essa experiência de aprovação na votação pode ser vista como parte de uma ilusão de participação. O testemunho reflete um sentimento de preocupação com a demora no processo e a desconfiança em relação às práticas que cercam o reassentamento, enfatizando que, apesar da aprovação comunitária, as decisões permanecem sob a influência e controle das corporações, o que contrasta com os princípios de participação efetiva estabelecidos nas diretrizes das audiências públicas. Assim, o sentimento de esperança é acompanhado de um ceticismo justificado em relação à real capacidade da comunidade influenciar seu futuro. (GODINHO, 2019, p 55)

> Trabalhei 25 anos no terreno de Lavoura, fui o primeiro que pisou naquele lugar quando o Bento foi atingido. Tinha que indicar um novo terreno e, como eu já conhecia lá, pensei que podia ser ele. Graças a Deus, toda a comunidade aprovou na votação e eu fico muito orgulhoso por isso. A gente fica preocupado com a demora, porque nesse Brasil tem tanta coisa errada que a gente não sabe o que pode fazer. Estamos com esperança, mas também com o pé atrás. (Jornal A Sirene, 2018, Ed 27, p 4)

A gleba denominada Fazenda Lavoura, ou Lavoura, que foi o escolhida para o reassentamento, está situada no distrito de Camargos e apresenta uma extensão total de 350 hectares, localiza-se equidistante de aproximadamente 10km de Mariana e de Bento Rodrigues e se situa na bacia hidrográfica do córrego Lavoura, afluente da margem direita do rio Gualaxo do Norte. No entanto, de acordo com a Samarco (2016), apenas uma fração desse território, correspondente a 89 hectares, é considerada adequada para construção de edificações. O local é predominantemente caracterizado por um solo argiloso, o que o torna propício para o desenvolvimento de atividades agrícolas, especialmente em pequena escala. No que tange à área apta para práticas agrícolas, estima-se que ela abranja aproximadamente 135,63 hectares, o que representa 38,75% da totalidade do terreno. Essa configuração evidencia um uso do solo diversificado, mas com limitações claras no que diz respeito à sua capacidade construtiva.

Nesse cenário, para alcançar o desenho do projeto urbanístico, algumas propostas foram apresentadas à população.

> As primeiras propostas referentes ao reassentamento de Bento Rodrigues foram realizadas pela D'ávila Arquitetura e Engenharia S.A, empresa contratada pela Samarco antes da criação da Fundação Renova. A Fundação Renova – organização responsável pela reparação e compensação socioeconômica e socioambiental proveniente do desastre –foi criada através do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado pela empresa Samarco/Vale/BHP e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo em março de 2016. É importante ressaltar que não houve a participação dos atingidos na discussão e na definição dos termos do TTAC (OLIVEIRA et al, 2018). (Godinho, 2019, p. 66).

A primeira proposta urbanística que foi apresentada pela D'ávila Arquitetura e Engenharia S.A, um ano após o rompimento da barragem não refletia as características do antigo Bento, que era um desejo dos atingidos. No desenvolvimento desse primeiro plano urbanístico, a equipe técnica optou por utilizar como referência o desenho da antiga comunidade, que era representado por uma configuração poligonal, obtida a partir de uma imagem aérea registrada antes do desastre. Essa escolha foi justificada como uma maneira de responder aos anseios dos atingidos, que expressavam o desejo de manter a familiaridade e a identidade da vizinhança. O novo projeto, portanto, visava sobrepor a poligonal original de Bento de origem sobre a gleba de Nova Lavoura, ajustando o desenho às características do

terreno, de acordo com a legislação vigente. Contudo, como era previsível, essa tentativa de reaproveitar o desenho da antiga comunidade em um local que apresentava diferentes características topográficas resultou em uma série de inconsistências técnicas. Essas inadequações não apenas comprometeram a viabilidade do projeto, mas também acarretaram atrasos significativos no processo de reassentamento, prolongando a incerteza e o sofrimento das famílias atingidas. (GODINHO, 2019, p. 66).

Em dezembro de 2017, foi sancionada a Lei Complementar n° 170/2017, que instituiu a Zona de Urbanização Específica de Interesse Social (ZEIS), em conformidade com o artigo 163, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 016/2004,. Essa legislação representa uma alteração no Plano Diretor Municipal de Mariana, uma vez que estabelece diretrizes específicas para a urbanização e ocupação do espaço, visando atender às necessidades habitacionais da população atingida para a implantação de parcelamento para fins de reassentamento urbano da comunidade de Bento Rodrigues, a área localizada no Distrito de Camargos denominada como Lavoura, identificada como "Área Urbana". A classificação da área como zona urbana terá implicações nos valores dos tributos que os residentes deverão arcar. No entanto, é importante ressaltar que as questões tributárias não foram abordadas na Lei Complementar correspondente.9).

Em resposta às críticas em relação à metodologia não participativa adotada durante a elaboração do plano urbanístico do Novo Bento, as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e de Cidades e de Integração Regional (SECIR), em colaboração com o Ministério Público, determinaram a realização de oficinas participativas. Essas oficinas visavam envolver os atingidos no processo de criação do plano urbanístico, permitindo que suas opiniões e sugestões fossem consideradas. Assim, em novembro de 2017, a Fundação Renova, com o apoio da Cáritas, conduziu essas oficinas, nas quais os moradores puderam expressar suas preferências em relação às duas propostas de projetos elaboradas pela Samarco. O resultado desse processo foi um relatório que influenciou a elaboração de um novo projeto, o qual foi submetido à aprovação dos atingidos em uma audiência realizada em fevereiro de 2018 (GODINHO, 2019, p 68).

É importante ressaltar, que o Master Plan, surge como projeto para implementação do reassentamento, mas se manifesta como ferramenta para criação de marketing para Fundação Renova, através da promoção das ações realizadas pela empresa devido às obrigações legais como se fossem benfeitorias.

> No universo complexo e contraditório da cidade de Mariana, onde a mineração emerge como pilar econômico, a concepção de um Mas-ter Plan não surge por acaso. Ela é a resposta estratégica que visa reformular a paisagem urbana, impulsionar o crescimento em direção aos interesses mineradores e, sobretudo, servir como mecanismo de marketing para a Fundação Renova. (Soares, 2024, p.199)

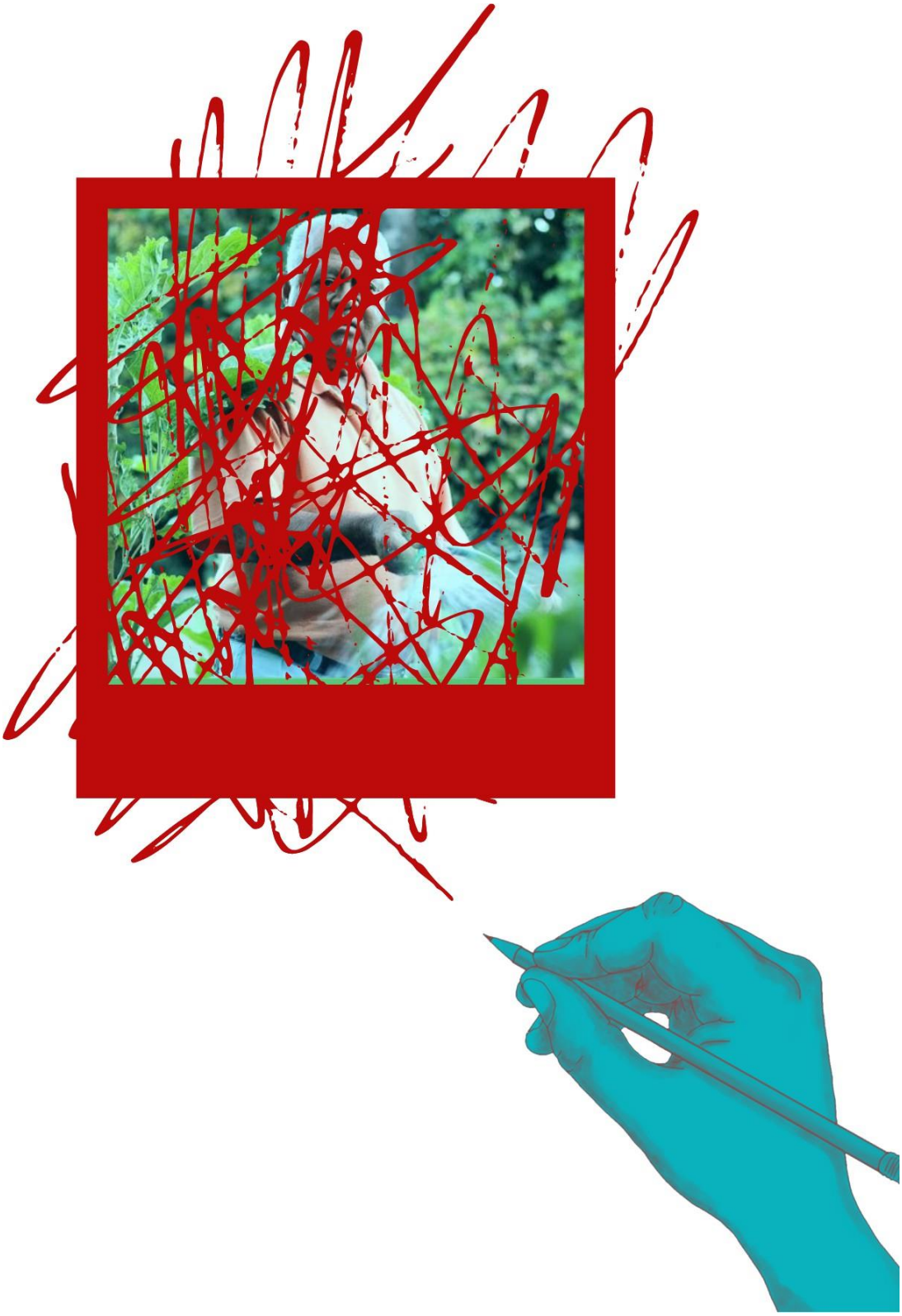
A Fundação Renova, por meio de publicidades, tem investido significativamente na promoção de suas ações, muitas vezes de maneira questionável. Essas campanhas frequentemente apresentam as iniciativas da Fundação como se fossem melhorias voluntárias e benéficas à comunidade, sem evidenciar que se trata de responsabilidades legais derivadas dos impactos do rompimento da barragem. Esse esforço de comunicação da Renova pode ser interpretado como parte de uma estratégia mais ampla de marketing institucional, que visa suavizar a percepção pública de suas obrigações e melhorar sua imagem corporativa, ao mesmo tempo em que os problemas estruturais enfrentados pelas comunidades atingidas continuam sem solução efetiva. Assim, o discurso promovido pelo Master Plan e as ações publicitárias da Fundação Renova convergem em um objetivo comum: dar ênfase àquilo que é apresentado como progresso, enquanto questões fundamentais de reparação permanecem em aberto.

> “Veja como estão fazendo: pintando as casas para mostrar que tem algo sendo feito, enquanto isso, a obra está toda atrasada. Assim que terminar o reassentamento, as casas deverão ser retomadas, praticamente não vamos para uma casa nova, e sim reformada. Então, quando os atingidos receberem as chaves da casa, em menos de três anos já terão que fazer algumas reformas, claro, tudo se deteriora com o tempo. Veja o ângulo que essa foto foi tirada, tirando toda a possibilidade de ver a real situação do reassentamento. Isso deixa bem claro que é uma propaganda da Renova para mostrar para a mídia e seus acionistas como que está tudo certo e que todos os atingidos estão sendo bem atendidos. As pessoas já acham que estão fazendo "castelo" para os atingidos, aí mostram uma matéria dessa. com essa foto. todo mundo vai ficar do lado da empresa, achando que tudo está às mil maravilhas, como é posto em suas propagandas, e os atingidos que reclamam demais. A Renova, por outro lado, vai continuar atrasando os trabalhos para continuar recebendo os recursos.” (Jornal A Sirene, 2021, Ed 68)

Além disso, a publicidade desenvolvida pela Fundação Renova utiliza elementos visuais que podem distorcer a percepção pública sobre o real estado das obras de reparação. Através de fotos cuidadosamente enquadradas, há uma tentativa de criar a impressão de que as obras estavam avançadas e que o reassentamento das famílias atingidas se materializa como um projeto de alto padrão, comparável a um condomínio luxuoso. Desde meados de 2021, a Fundação Renova já transmitia a impressão de que as obras do reassentamento estavam próximas de serem concluídas, sugerindo que as promessas de reparação estavam prestes a serem cumpridas (Jornal A Sirene, 2021). No entanto, passados três anos, em 2024, as obras ainda não estão totalmente finalizadas e as edificações já apresentam patologias. Esse contraste

entre a imagem otimista projetada pela Renova em seus discursos e a realidade atual das famílias atingidas evidencia a continuidade de táticas de marketing que mascaram o modo como os atingidos percebem o processo de reparação.

Figura 15. Apagamento dos modos de vida.



Fonte: Jornal A Sirene. Colagem desenvolvida pela autora.

3.2 O REASSENTAMENTO PELOS ATINGIDOS

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias atingidas foi a impossibilidade de estabelecer uma relação com o novo terreno que se aproximasse da conexão que possuíam com Bento Rodrigues. Essa ruptura foi agravada pelas características do relevo acentuado no reassentamento, o que apresenta desafios significativos, sobretudo no que diz respeito à adequação do solo para atividades agrícolas, fundamentais para o sustento e a vida cotidiana das comunidades. A nova topografia e as limitações do terreno dificultaram a recriação das dinâmicas produtivas e culturais que anteriormente moldavam o modo de vida dessas famílias.

Devido à inclinação acentuada do terreno, as famílias enfrentam limitações no uso adequado da terra, o que compromete sua produtividade. Essa falta de viabilidade agrícola altera profundamente a dinâmica de segurança alimentar, forçando-os a depender da compra de alimentos, algo que antes era suprido pela própria produção local.

> Lá a gente não funcionava à base de dinheiro. A gente trocava os frutos, as verduras, os ovos e o leite. Falamos para a empresa que queríamos revisar tudo do cadastro. Muita coisa não condizia com a nossa cultura. Na proposta deles tinha vários tipos de plantas que nunca nem vimos, até pés de açaí. Esse cadastro abrangia desde Mariana até Regência, ou seja, a empresa não olhava individualmente para as nossas especificidades (Jornal A Sirene, 2018, Ed 23, p 8)

Figura 16. Alimentação como mercadoria



Fonte: Desenvolvido pela autora.

O problema teve origem já na escolha do terreno. De acordo com estudo de impacto e recuperação de solos, as áreas de aptidão agrícola estão restritas. A maior parte dos terrenos apresenta baixa fertilidade, com solos rasos e pobres, suscetíveis a erosão, inapropriados para plantio e criações. A metodologia adotada pela Renova prioriza os

> projetos arquitetônicos das casas, sem integração com os projetos das benfeitorias e do uso da terra, de modo que não restitui a área integral de direito da família, impactando diretamente na área de uso e ocupação do lote e na possibilidade de reprodução dos modos de vida. (Soares, 2024, p. 24)

Figura 17. Vista do reassentamento.



Fonte: Acervo de fotos da autora.

A expectativa criada entre os atingidos em relação ao reassentamento era de que eles pudessem retomar seus modos de vida, especialmente em relação às atividades rurais e ao convívio comunitário, essenciais para a dinâmica social das famílias. Para muitos, havia o desejo de reconstruir não apenas suas casas, mas também o ambiente de vida que envolvia criações, plantações e o uso da terra de maneira livre, como sempre haviam feito. As crianças, em particular, alimentavam a esperança de voltar a ter um espaço para brincar em contato com

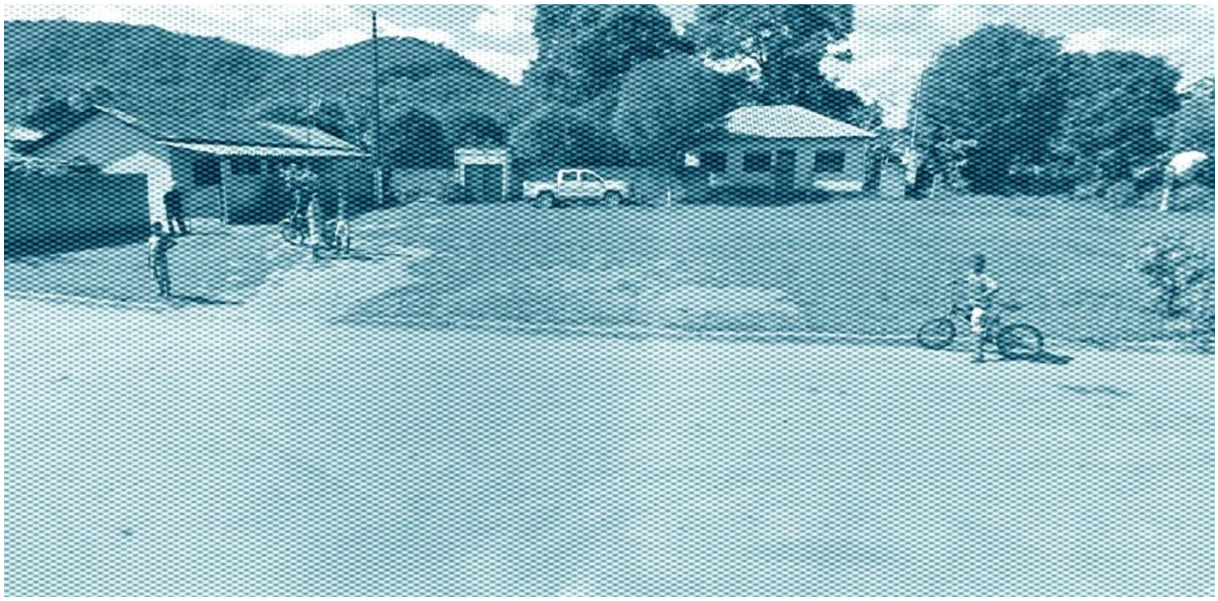
a natureza e com os animais, elementos fundamentais para seu bem-estar e desenvolvimento. No entanto, o traçado urbano proposto para o reassentamento, com a introdução de lotes murados, com largas testadas e relevo acentuado, interfere diretamente nessas expectativas, ao isolar as famílias e restringir as possibilidades de reprodução das suas tradições e formas de convivência.

> Eu quero ir pro Bento de novo, ter uma casa lá com patinho, galinha, cachorrinho, papagaio, todos os bichos, até vaca, porque eu gosto é de brincar na terra, sentir o cheiro da terra. Eu quero é voltar lá pro Bento pra brincar com meus coleguinhas na rua, eu gosto muito de ir pra lá brincar e andar com moto de trilha. Lá é muito legal. (João Gabriel Marques da Silva, 6 anos, Jornal A Sirene, Ed. 80. 2022)

Para as crianças de Bento Rodrigues, a escola ia além de ser apenas um espaço de aprendizado formal. Ela desempenhava um papel central na construção de suas rotinas e na formação de uma subjetividade coletiva. Inserida no contexto rural, a escola se integrava ao cotidiano das famílias e ao modo de vida das comunidades, refletindo a proximidade entre os laços comunitários e a educação. As crianças não apenas frequentavam a escola para aprender, mas faziam desse espaço uma extensão de suas vidas domésticas e sociais. A caminhada até a escola, o retorno em grupos, as brincadeiras e as conversas no caminho eram momentos de interação que reforçavam os vínculos com o território e com os outros moradores. Dessa forma, a escola simbolizava um pilar fundamental para o desenvolvimento das crianças e a continuidade dos valores e tradições da comunidade.

> Para as crianças das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e de Gesteira, a escola era um pedaço de casa. Um espaço que promovia não só o pensar, mas o encontro contínuo, a socialização entre os pares. Era como se a aula não terminasse com o tocar do sinal, porque, no caminho de volta, juntos, todos continuavam aprendendo alguma coisa. (Jornal A Sirene, 2017, Ed 19, p 3)

Figura 18. Paisagem de Bento de origem.



Fonte: Google Earth.

Segundo Soares (2024), é crucial considerar que a habitação deve ser vista como parte integrante do território, envolvendo trabalho, afeto, pertencimento, relações de vizinhança, autonomia, memória e uma economia baseada nas trocas. Portanto, o processo de reassentamento deve levar em conta não apenas a tipologia habitacional, mas também os modos de produção e reprodução que definem o espaço rural, como benfeitorias, criações, plantações e quintais. Entretanto, a definição do projeto foi marcada por inúmeras interrupções, e as frequentes mudanças nas equipes terceirizadas prejudicaram a elaboração coletiva, desmantelando os vínculos estabelecidos com os profissionais responsáveis. É importante destacar que, durante o processo de desenvolvimento do projeto arquitetônico, muitos moradores ainda não tinham acesso aos seus terrenos. Desde 2018, isso gerava insegurança entre os atingidos, que já demonstravam preocupações em relação ao andamento do projeto.

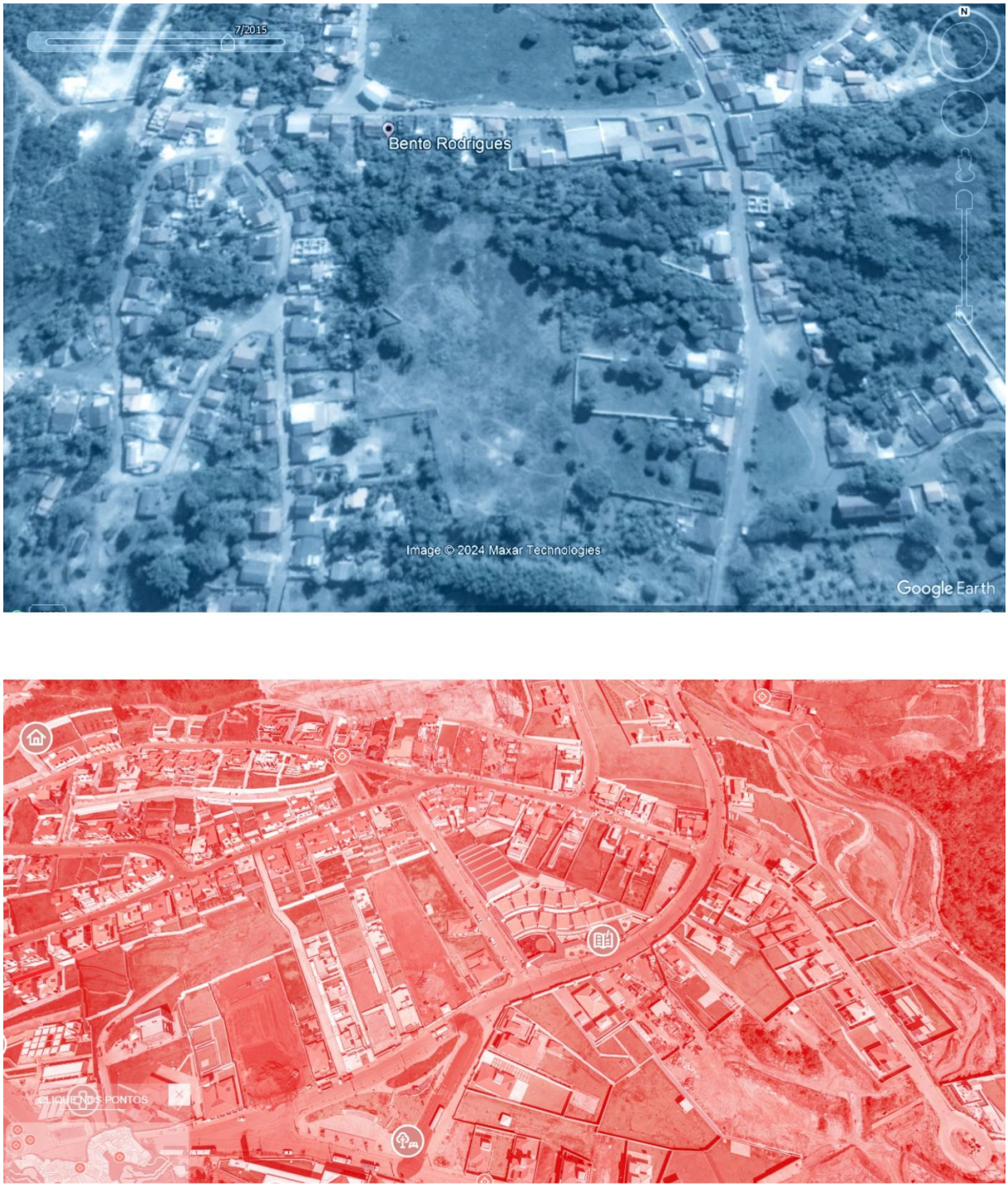
> A preocupação é de que os moradores projetem suas casas sem conhecer seus próprios lotes. Nesse sentido, os grupos de famílias que se dividiram e os(as) atingidos(as) que expressaram o desejo de ter a moradia em lotes diferentes (por possuírem mais de um terreno no reassentamento) não têm clareza de como serão tratados. Isso aconteceu na primeira oficina de projetos da Renova/ Samarco e os técnicos presentes não souberam indicar soluções. (Jornal A Sirene, 2018, Ed. 27, p 4).

O material realizado pelos colaboradores do Projeto Território Atingido (2022) revela que os quintais, mais do que simples áreas externas às casas, desempenhavam funções essenciais para a produção de alimentos, além de serem espaços de convívio familiar, trabalho e lazer. Esses quintais, sem muros ou cercas e com edificações predominantemente térreas, estavam diretamente conectados às ruas, refletindo a cultura e os modos de vida das

comunidades atingidas. Em Nova Lavoura, no entanto, os terrenos são murados, o que altera significativamente essa dinâmica social. O isolamento imposto pelos muros não apenas compromete a interação entre as famílias. Esse processo de mudança, consequência da desterritorialização, altera o modo de viver e de se relacionar com o espaço, antes marcado pela liberdade e pela proximidade com os vizinhos.

> O traçado urbano de Bento Rodrigues se apresenta de maneira orgânica, com lotes de diferentes dimensões e conformações, por muitas vezes sem limites visuais e cartográficos estabelecidos, tornando a paisagem visualmente permeável. O sub distrito detém por eixo principal a rua São Bento, que ligava a capela de mesmo nome à Capela de Nossa Senhora das Mercês, implantada no ponto mais alto da comunidade. (Soares, 2024, p. 12)

Figura 19. Conformação do traçado territorial, em Bento de origem e no reassentamento de Nova Lavoura.



Fonte: Google earth e Fundação Renova. Modificado pela autora.

O modelo de reassentamento adotado incorpora características que remetem a uma configuração condominial, com a inserção de muros e a organização rígida dos terrenos. Essa tipologia, conforme demonstrado no Projeto Território Atingido (2022), contrasta com os modos de vida anteriores, nos quais os quintais, sem cercas ou divisões visuais, permitiam uma maior integração entre as famílias e o território, além de facilitarem a produção de alimentos e o convívio social. Ao impor uma separação física entre os moradores, essa proposta urbanística

fragmenta a sociabilidade característica das áreas rurais, resultando em uma profunda alteração na dinâmica social das comunidades atingidas.

O traçado urbano murado e a padronização dos lotes criam uma estética condominial que projeta uma ilusória imagem de ascensão financeira e prosperidade. No entanto, tal configuração desvia a atenção do real propósito do reassentamento: a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem e a restituição das condições de vida anteriores. Consequentemente, os moradores deixam de ser vistos como vítimas em processo de reparação, sendo inseridos em um contexto que valoriza uma estética de progresso e urbanização. O modelo urbanístico adotado sugere um distanciamento da reparação efetiva, ao transparecer que o processo não se destina a restaurar a identidade rural e comunitária dos atingidos, mas sim a integrar as famílias a um padrão urbano que não condiz com suas práticas culturais. Como diz Joana, atingida, em entrevista para o Jornal A Sirene (2017, 2017, Ed 29, p 7) “quero minha vida de volta e nunca precisei da Samarco pra nada, não. Tudo o que a gente conquistou foi com o poder dos nossos braços aqui na roça.”

Figura 20. Conformação da paisagem em Bento de origem.



Fonte: Google Earth.

Figura 21. Aspecto condominial do reassentamento.



Fonte: Google Earth.

Segundo Soares (2024), ao visitarem as obras das novas residências, os atingidos se deparam com o tamanho reduzido dos cômodos, as estruturas de contenção, (muros de arrimo expressivos e taludes), o que gera um sentimento de insatisfação, conforme observado por Mônica Santos em entrevista a Soares:

> E quando a gente escolheu, a gente tinha desenhado onde ficaria o quê, e quando a Fundação Renova começou as obras já foi totalmente diferente do que a gente tinha planejado, (...). Quando as pessoas chegam, ele vê que de fato tá de chamar a atenção né... pelas cores né... cada um de uma cor, umas cores vivas, e essas construções de hoje né, sempre de dois pavimentos, então chama muita atenção. É como se a casa fosse muito grande, fosse muito maior do que a gente tinha, mas não é isso. A maioria ficou sem terreno, porque o terreno que ficou é um terreno íngreme, não tem como plantar, isso né... não tem como restituir os modos de vida, porque a gente tava

> acostumado no plano, com quintal, contato com a terra, hortaliças, legumes, verdura, tudo aquilo ali, frutas, e a grande maioria hoje não vai ter isso. (...). Os cômodos estão muito pequenos, embora a Fundação Renova fala que tudo é de acordo com o desejo da família, só que a gente participa, mas os nossos questionamentos e os nossos desejos não é levado em consideração," (Mônica Santos. Atingida de Bento Rodrigues. Entrevista realizada em dezembro de 2022. Mariana-MG. Soares, 2024, p. 252).

A abordagem metodológica da Fundação Renova dá prioridade aos projetos arquitetônicos das casas, sem levar em consideração a integração com as benfeitorias e o uso da terra. Como resultado, as famílias não têm suas áreas de direito totalmente restituídas, o que impacta diretamente o espaço disponível para uso e ocupação dos terrenos, dificultando a continuidade de seus modos de vida. A ausência de uma definição sobre como serão realizadas as compensações agrava a situação, causando prejuízos significativos às famílias pela perda de áreas.

Figura 21. Taludes no reassentamento de Nova Lavoura.



Fonte: Acervo da autora.

Para contornar os acentuados desníveis característicos da topografia do reassentamento, foi implementada a construção de diversos muros de arrimo e taludes, configurando inclinações que não estavam presentes no território original de Bento Rodrigues. Além de transformar profundamente a paisagem, criando um cenário visualmente distinto daquele existente anteriormente, essa nova configuração topográfica impede o uso agrícola da terra, dificulta a circulação entre os moradores, e introduz barreiras visuais que podem contribuir para a sensação de insegurança entre os pedestres.

Em Nova Lavoura, até itens moldados in loco como o fogão à lenha e o forno de barro foram motivo de disputa. Em entrevista concedida em dezembro de 2022, a atingida M.S.

evidencia a resistência das famílias em manter suas tradições e modos de vida. Entretanto, as especificações técnicas de materiais adotadas pelos arquitetos, que incluíam fogões pré-moldados em substituição aos fogões tradicionais, podem dificultar a identificação dos atingidos com o espaço projetado, comprometendo sua sensação de pertencimento e tornando mais complexa a ressignificação e adaptação ao novo ambiente, que deveria refletir as práticas culturais locais

> O projeto também ficou parado por um tempo porque a Fundação Renova não tinha resposta, e ainda não tem resposta, para o fogão a lenha. Eles estão colocando o fogão a lenha pré-moldado em diversas casas no reassentamento familiar e o fogão estourou, porque ele não aguenta calor, ele não aguenta fogo dia todo e o fogão a lenha que a gente tem costume, que a gente é habituado, você coloca fogo nele de manhã e ele fica o dia todo até a noite. Aí eu falei “Olha, eu não quero um fogão pré-moldado na minha casa, porque eu não tinha; na minha casa era o fogão de alvenaria”. Se a Fundação Renova tivesse entregado o reassentamento na data prevista, quem ia fazer o fogão a lenha era o meu irmão, tem dois anos que ele faleceu. Então, assim, é um monte de coisa que às vezes para quem está de fora acha que é porque a gente está querendo coisa demais, mas que não é. Que vai influenciar muito nos nossos modos de vidas [...]. (Jornal A Sirene, 2022, Ed 77, p 7)

Em 2018, os atingidos já percebiam a necessidade de acompanhar de perto o desenvolvimento dos projetos do reassentamento e manifestavam receios quanto à utilização de alguns materiais durante a construção de suas moradias. Como relatado no Jornal A Sirene, "vejo que é importante porque, por exemplo, eu vou estar acompanhando no momento da construção da minha casa. Pode ser que eles usem um material de uma forma e eu posso sugerir que seja de outro jeito" (Jornal A Sirene, 2018, Ed. 23, p. 11). Além disso, havia também a preocupação com o distanciamento entre os projetos e a realidade dos terrenos disponíveis, uma vez que "os(as) atingidos(as) correm o risco de desenharem projetos imaginários, distantes do terreno real" (Jornal A Sirene, 2018, Ed. 27, p. 4). Esses depoimentos já revelavam a necessidade dos atingidos em participar ativamente das decisões, assegurando que o processo de construção reflita suas expectativas, experiências e as condições concretas do local.

> Esses três anos foram de muita luta e de muita incerteza. Tive que aprender muito, porque não estava acostumado a reuniões e audiências. Mas, com a ajuda do Ministério Público, da Assessoria Técnica e de outras pessoas/órgãos que nos auxiliam a entender o processo, tivemos algumas vitórias ao longo desse tempo. Por isso, hoje, eu consigo trabalhar, minha memória tem voltado. A saúde da gente ainda não está boa, mas, agora que começou o reassentamento, tenho um pouco de esperança. Mesmo que não esteja 100% resolvido, há uma esperança. Antes, eu me sentia uma pessoa livre, hoje, mudou. Minha liberdade... Me sinto como um passarinho que estava solto e você prende ele na gaiola, depois o solta e ele nunca será o mesmo. Fica sem rumo. É difícil até para quem está de fora entender, só quem é atingido(a) sabe. Então, para o Kaé de antes, eu digo que você tem que seguir em frente, tocar a vida, erguer a cabeça e enfrentar os problemas. Só assim você vai

> conseguir. (Expedito Lucas da Silva (Kaé),morador de Bento Rodrigues, Jornal A Sirene, 2018, Ed.32, p. 7)

A luta dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão vai além da reconstrução física de suas moradias; trata-se de um processo contínuo de reconfiguração de suas subjetividades, valores e modos de existência. A travessia entre o que se perdeu e o que se busca resgatar não é apenas material, mas profundamente emocional e simbólica. A resiliência dessas comunidades se manifesta não apenas na busca por justiça e reparação, mas também na preservação de suas memórias e tradições, que permanecem como pilares fundamentais para a ressignificação de seus territórios.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este Trabalho Final de Graduação, requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, intitulado "Imagens de uma crítica radical: Notas sobre o reassentamento involuntário para a comunidade de Bento Rodrigues em Mariana/MG", representa uma investigação das complexas intersecções entre os territórios minerados e os processos de reassentamento compulsório. Ao abordar o contexto do rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 2015, esta pesquisa enfatiza a urgência de uma análise crítica sobre as práticas de reparação do direito à moradia para as comunidades atingidas.

A investigação teve foco no reassentamento coletivo de Nova Lavoura, onde os moradores de Bento Rodrigues foram realocados. A pesquisa revela não apenas a necessidade de uma realocação física, mas também destaca as múltiplas dimensões sociais, emocionais e culturais que são profundamente impactadas por essa transição. O estudo investigou como as políticas urbanísticas e arquitetônicas neoliberais têm moldado a experiência dos novos moradores, destacando a imposição de um modelo que frequentemente ignora as realidades e aspirações da população reassentada.

Os conceitos de neoextrativismo e neoliberalismo foram centrais na análise, evidenciando como as práticas das empresas mineradoras e as respostas do Estado perpetuam um ciclo de exploração e desumanização. A pesquisa também considerou a produção de narrativas gráficas como uma forma de traduzir as percepções dos atingidos sobre o processo de reparação, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e reconhecidas no âmbito das discussões sobre reassentamento.

A pesquisa questiona a efetividade das abordagens adotadas pela Fundação Renova e pelas autoridades competentes, que muitas vezes se configuram em processos pseudo-participativos. O que se observa é uma assimetria de forças, em que a empresa se mantém no centro das decisões, enquanto o Estado falha em exercer um papel proativo e equitativo na execução das reparações e reassentamentos.

Os relatos das comunidades atingidas, conforme evidenciado na pesquisa, ilustram a magnitude das perdas que transcendem o material, afetando profundamente suas rotinas, modos de vida e subjetividades. A vivência dos atingidos de Bento Rodrigues no reassentamento de Nova Lavoura ressalta a necessidade de um olhar sensível e cuidadoso sobre as complexidades da reparação, que deve contemplar a reconstrução de vínculos sociais e a reconfiguração de identidades.

Em conclusão, este trabalho não apenas contribui para a discussão acadêmica sobre os impactos do extrativismo e do neoliberalismo nas comunidades afetadas, mas também se propõe como uma ferramenta de visibilidade e resistência. A pesquisa busca reafirmar o papel dos arquitetos e urbanistas na promoção de práticas mais justas e inclusivas, que considerem as necessidades e desejos das comunidades em processo de reassentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Julia Maria Silva. A terra prometida, dispositivos de emergência no processo de reassentamento involuntário da comunidade de Bento Rodrigues em Mariana, Minas Gerais. 2021. 93 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.

ARÁOZ, Horacio Machado. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: Cáritas Regional de Minas Gerais - Somos Solidariedade - Somos Cáritas (gridserver.com). Acesso em NOV. 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. Diretrizes de reparação do direito à moradia.

Extrativismo mineral e a questão ambiental - Entre enfrentamentos e (re)existências. CRIAB/ UNICAMP. Evento híbrido. 2022. Resumo aprovado e apresentado. Evento sem Anais.

FERREIRA, Livia Fazolatto. DE AZEREDO QUELHAS, Marina Coimbra. O NOVO MARCO LEGAL DA MINERAÇÃO NO BRASIL: UM ELEMENTO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA "ARQUITETURA DA IMPUNIDADE" BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. CORPO EDITORIAL.

FERREIRA, Maria Raquel Alves. Relatório Técnico Arquitetônico e Urbanístico. Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Pólen Consultoria Patrimônio e Projetos Ltda, 2017.

FUNDAÇÃO RENOVA. A construção de Bento Rodrigues. Disponível em:A construção de Bento Rodrigues : Fundação Renova (fundacaorenova.org). Acesso em 20 de jan. 2024.

FUNDAÇÃO RENOVA. Cartilha - Reconstrução de Bento Rodrigues. Projeto Urbanístico.

FUNDAÇÃO RENOVA. Manual do Arquiteto. Roteiro e Informações para atendimento. Ed. 1. Abril de 2018.

GOMIDE,Caroline et al. Dicionário crítico de mineração. / (Orgs).–1.ed.—Marabá, PA : iGuana, 2018. 261 p.

GONÇALVES, R. J. A. F. ; MILANEZ, B. . Extrativismo mineral, conflitos e resistência no Sul Global. REVISTA SAPIÊNCIA: SOCIEDADE, SABERES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS, v. 8, p. 6-33, 2019;

INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PROPP/ UFOP). GODINHO, Diogo N. O reassentamento involuntário para os atingidos de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG: estudo e análise dos projetos arquitetônicos dos equipamentos comunitários. 2019. 114 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

INSTITUTO GUAICUY. Disponível em: <Instituto Guaicuy>. Acesso em 20 de jan. 2024.

JORNAL A SIRENE. Mariana. Mensal, versão online. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em 20 de jan. 2024.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo Companhia das Letras. 2022

MARIANA TERRITÓRIO ATINGIDO. Disponível em: <http://territorioatingido.com.br>. Acesso em 20 de jan. 2024.

MARQUES, Monique Sanches; NOGUEIRA, Sandra Maria Antunes. De quem é essa terra? Os impactos sócio espaciais da mineração pós-rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. Anais ENANPUR, v. 17, n. 1, 2017.

MATRIZ DE DANOS DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA. Disponível em: <Matriz_de_Danos_Atingidos_Mariana_FINAL.pdf (gridserver.com)>. Acesso em 20 de jan. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/>. Acesso em 19 de jan. 2024.

MOMM, Estefania; WALTER, Isabela. Diretrizes de Reparação em Disputa. V Encontro Internacional de Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito Social. Rio de Janeiro, 7 a 9 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.etternippur.net/_files/ugd/e6367e_d2b17d559913404da78d20389faf99 eb.pdf> Acesso em: 8 de novembro de 2023.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. Disponível em: <https://mab.org.br/2022/11/04/7-anos-apos-rompimento-de-barragem-em-mariana-mg-115-pessoas-ja-faleceram-aguardando-a-reconstrucao-de-suas-casas/>. Acesso em 20 de jan. 2024.

OLIVEIRA, Raquel et all. Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); 1.ed. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018. 711 kb ; e-PUB. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2016/06/Santos-Milanez-2018-A-Constru%C3%A7%C3%A3o-do-Desastre-e-a-Privatiza%C3%A7%C3%A3o-da-Regula%C3%A7%C3%A3o-Min eral-co m-capa.pdf>.Acesso em 20 de jan. 2024.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes. Mariana: cidade tombada, territórios tomados. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG. 2022.

Relatório de entrega dos reassentamentos, Mariana (MG). Disponível em: <etKwFG5G1cjAivG0daSn.pdf (caritas.org.br)>. Acesso em 20 de jan. 2024.

SAFATLE, Vladimir. JUNIOR, Nelson da Silva. DUNKER, Christian (Orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte, Autêntica, 2020.

SIQUEIRA, Priscila Palombo. O reassentamento involuntário de comunidades rurais - Mariana/MG e os novos arranjos fundiários pós-rompimento da barragem de Fundão. 2019. 57 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

SOARES, Natalia Beneton. O processo de reassentamento do subdistrito de Bento Rodrigues: Violências sobre as territorialidades dos indivíduos atingidos após o rompimento da barragem de Fundão. 2024. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquiteura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

SOARES, Natalia Benetton. BONDUKI, Nabil. Neoextrativismo e autoritarismo corporativo no processo de reassentamento de Bento Rodrigues, Mariana/MG. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Ed. 26, 2024

SOUZA, Marcelo Lopes. Ambientes e territórios: Uma introdução a Ecologia Política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2019.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort; MEDEIROS, Mirelli Borges; PEREIRA, Ana Beatriz Mascarenhas. A morfologia urbana como instrumento para reconstrução de Bento Rodrigues. Paisagem e Ambiente, v. 31, n. 45, 2020.

XAVIER, Celiane. Uma análise do "Master Plan" como instrumento de reassentamento para Bento Rodrigues: o papel da mineração na produção neoliberal dos espaços, 2018. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Cienc. Cult., São Paulo , v. 68, n. 3, p. 36-40, Set. 2016.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem os ofrimento Social.Cienc.Cult., SãoPaulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, Sept. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>. Acesso em 20 de jan. 2024.

WALTER, Isabella; MOMM, Estefania. Paisagem da destruição - reflexões sobre o reassentamento de Bento Rodrigues e a reparação do direito à moradia.